



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

Contributo Para a História do Cooperativismo Durante o Estado Novo

João Paulo Gonçalves Ribeiro

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Economia Social e Solidária

Orientadora:

Professora Doutora Maria Luísa Brandão Tiago de Oliveira, Professora Auxiliar
ISCTE-IUL

Outubro, 2012

Agradecimentos

O meu primeiro agradecimento vai para a minha esposa Ana e para os nossos filhos Sofia e Miguel, por todo o vosso apoio neste percurso.

Não posso deixar de agradecer à empresa onde trabalho, *Larangeira, Almeida, Lda*, aos seus gerentes Sr.º José Maria Laranjeira e Sr.º José Laranjeira, por todos os apoios e disponibilidade oferecidos.

Aos Doutores João Salazar Leite, José Hipólito dos Santos e Manuel Canaveira de Campos, pelas valiosas informações prestadas.

Ao professor Rogério Roque Amaro pela paixão, ao professor José Manuel Henriques pela razão, com que ambos ensinam Economia Social e Solidária.

Aos meus colegas de turma pelas conversas de corredor, pela presença constante e pela cumplicidade mantida ao longo destes dois anos.

Por fim, para a professora Luísa Tiago Oliveira por ter aceite ser minha orientadora, pela sua imensa paciência, pelo seu apoio, pela sua constante disponibilidade para me aturar.

O meu muito obrigado

Resumo

Pretende-se com este trabalho descrever o percurso do cooperativismo nacional durante o período em que vigorou o regime do Estado Novo.

Porque o presente é sempre o resultado do passado, também aqui se começa por descrever as condições políticas e sociais existentes durante o período final da primeira República, bem como a situação em que se encontrava o sector cooperativo.

Após a instauração da Ditadura Militar e posterior criação do Estado Novo, faz-se um relato das diversas iniciativas de desenvolvimento cooperativo, assim como dos limites impostos pelo Estado ao seu desenvolvimento. Bem como as dificuldades impostas ao movimento cooperativo pelas facções políticas, contrárias ao Estado Novo mas adversárias entre si, que lutavam pelo domínio do cooperativismo.

Realce, ainda, para o papel de António Sérgio enquanto divulgador e doutrinador cooperativista.

Palavras-chave: Cooperativas, Cooperativismo, Estado Novo, António Sérgio.

Classificação JEL, P13; B10

INDICE

1 – INTRODUÇÃO	5
2 – COOPERATIVISMO NA PRIMEIRA REPÚBLICA	12
2.1 – BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	12
2.2 – DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO NA PRIMEIRA REPÚBLICA	13
3 – COOPERATIVISMO NA DITADURA/ESTADO NOVO	19
3.1 – BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	20
3.2 – ANTÓNIO SÉRGIO, UM AUTOR DE REFÊRENCIA	26
3.3 – TENTATIVAS DE UNIÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO	31
3.3.1 – CONSELHO CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE LISBOA E ARREDORES JOSÉ DE SOUSA E AS LUTAS PELA HEGEMONIA	32
3.3.2 – O BOLETIM COOPERATIVISTA	36
3.3.3 – A UNICOOPE	44
3.4 – O PLANO AMES DE DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO	52
4 – CONCLUSÃO	61
5 – FONTES E BIBLIOGRAFIA	63
5.1 – BIBLIOGRAFIA	63
5.2 – PERIÓDICOS	65
5.3 – ENTREVISTAS	65
5.4 – FONTES ARQUIVISTICAS	65

1 – INTRODUÇÃO

O espírito comunitário, de entreatajuda e cooperação, eram, e são, formas de economia social, que tinham por função a defesa do bem comum e não a defesa do interesse particular. Também existiam na Inglaterra dos séculos XVII e XVIII mas, com a política de enclosures e conseqüente expulsão dos rendeiros agrícolas, substituídos pela criação de carneiros, esta forma de solidariedade ancestral deixou de existir. Este enorme êxodo rural vai alimentar a grande necessidade de mão-de-obra nas fábricas. As pessoas são desenraizadas do seu meio, sobreviver era muito difícil e muito duro. Numa sociedade capitalista, uma importante forma de resistência passa pela organização dos operários, seja através da criação de sindicatos, seja através da criação de cooperativas. Tanto num caso como noutro podemos identificar novas formas de cooperação, instituída e formal, que servem para defender os interesses comuns. Lasserre diz:

“O movimento associativo, no seu princípio, é um jorro generoso e criador mas confuso, impreciso, frequentemente pouco realista e incerto nos seus objectivos e métodos. Muitas das primeiras associações tinham, mais ou menos e ao mesmo tempo, o seu quê de mutuais, de sindicatos, de partido, de cooperativa. É a «nebulosa inicial» do movimento operário.” (Lasserre, 1977:11).

Em 1844, na cidade de Rochdale, após uma greve prolongada, um conjunto de 28 pessoas conseguiu, a custo, juntar 28 libras e fundar a Equitable Pionniers of Rochdale, uma cooperativa, ou melhor, a primeira cooperativa¹ de referência. Publicaram um programa em que declaravam os seus propósitos:

“No fim de 1844 a associação tinha 28 libras, e com estes pequenos recursos, mas cheios de fé, constituíram-se definitivamente e publicaram um programa em que declaravam que a associação se propunha:

1º Estabelecer um armazém para a venda de provisões alimentícias e outras e de vestuário;

2º Construir ou comprar casas sãs e cómodas para os sócios;

¹ Na verdade, esta não foi a primeira cooperativa. Lasserre afirma: “Em 1834, quatro operários parisienses fundaram a Associação Cristã dos Ourives de Dourados, com um capital de 600 francos. Não obstante este princípio mais do que modesto, o empreendimento foi coroado de êxito, ao ponto de vir a ter oito sucursais em Paris” (Lasserre, 1977:12). A de Rochdale foi a primeira cooperativa de consumo com sucesso. Diz-nos Lasserre: “ Foi a primeira cooperativa de consumo, não propriamente que tenha sido criada, mas que triunfou, e brilhantemente.” (Lasserre, 1977:12).

3º Fabricar produtos para dar trabalho aos sócios desocupados ou que sofressem uma grande redução de salários;

4º Comprar ou arrendar terrenos que seriam a princípio cultivados pelos sócios sem trabalho, e depois divididos entre os sócios em propriedades individuais;

5º Destinar uma parte dos lucros futuros à criação de estabelecimentos comuns para a instrução e desenvolvimento moral dos sócios; uma colónia interior, unida de interesses, que a si própria bastasse, e em ajudar as outras sociedades a criar colónias semelhantes.” (Laranjo, 1978:107).

Ainda segundo José Frederico Laranjo, vinte anos depois, esta cooperativa tinha 4747 cooperadores e um capital de 62105 libras.

Sendo o caso de Rochdale o exemplo de referência, pode-se dizer que a criação de uma cooperativa defende, sobretudo, o interesse comum de uma comunidade ou grupo de pessoas, sendo o seu objectivo a solidariedade e a cooperação. É uma solidariedade interessada que se realiza entre pares, associando-lhe um projecto político: tem de ter uma gestão «democrática» e respeitar o princípio «um homem, um voto». O homem é mais importante do que o capital. Como diz Rui Namorado: “As cooperativas baseiam-se nos valores de auto-ajuda, responsabilidade individual, democracia, equidade e solidariedade. Fiéis à tradição dos seus fundadores, os membros das cooperativas assumem os valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e altruísmo.” (Namorado, 2009:99).

Por sua vez Colombain define as cooperativas em geral da seguinte forma: “Uma cooperativa é uma associação de pessoas, em número variável, que enfrentam as mesmas dificuldades económicas e que, unidas livremente numa base de igualdade de direitos e obrigações, se esforçam por resolver dificuldades, principalmente gerindo, por sua conta e risco e utilizando-a para seu benefício material e moral comum, e numa colaboração unânime, uma empresa para a qual transferiram uma ou várias das suas funções económicas que respondem a necessidades que eles têm em comum.” (Colombain, 1971:43).

Contudo o cooperativismo era apenas uma das facetas do movimento operário, outras havia, assim afirma Rui Namorado: “Jaurès viu no movimento operário uma articulação de três pilares: um político, um sindical e um cooperativo. O político, corresponde aos

partidos políticos operários de matriz socialista; o sindical, envolvendo a defesa dos trabalhadores, em face dos seus patrões, pugnando pelos seus direitos; o cooperativo, traduzindo a intervenção na vida social de protagonistas ligados ao movimento operário, por intermédio de uma actividade empresarial” (Namorado, 2009:97).

Por sua vez Lasserre reconhece-lhe limites mais abrangentes ao afirmar: “Mas o que distingue a cooperação das outras formas de acção dos trabalhadores é o seu carácter directo e essencialmente construtivo: o seu meio de acção consiste em criar empreendimentos graças aos quais os cooperadores escapam à exploração de que eram vítimas, por parte das empresas particulares com as quais tinham ligações, quer como trabalhadores, quer como clientes, quer como fornecedores. Este domínio das empresas permite aos cooperadores transpor limites e resolver problemas, perante os quais o sindicalismo ou a acção política são por natureza obrigados a estacar.” (Lasserre, 1977:13).

Na viragem do século acontece o desenvolvimento e o domínio do cooperativismo de consumo sobre o de produção², é também nesta época que os textos de Gide começam a chegar a Portugal, mas existiam diversos programas cooperativos.

Estes são assim descritos por Schwarz da Silva:

“Na sua análise dos Programas Cooperativos, Emygdio da Silva, considerava, assim, três tipos principais de cooperativas de consumo, utilizando como critério classificativo a forma como repartiam os lucros:

- a) as cooperativas «inglesas» (também chamadas individualistas, amarelas, ou burguesas), que praticam a «distribuição individual dos lucros aos sócios na proporção das compras efectuadas;
- b) as cooperativas «belgas» (ditas socialistas, ou vermelhas) que destinam os lucros unicamente a fins colectivos: «de socorro na doença, na desocupação, na velhice; de educação e propaganda cooperativa; de auxílio nas greves defensivas; de incitamento nas greves ofensivas; de realização de ideais políticos ; de constituição de um fundo indivisível e inalienável...»

² O cooperativismo de produção obrigava à utilização das mesmas técnicas utilizadas pelas empresas capitalistas: a procura de lucro para se tornarem concorrenciais.

c) as cooperativas da «escola de Nîmes» que dão três destinos possíveis aos lucros: 1 - Educação cooperativa; 2 – Extensão de cooperativismo às compras por grosso e união cooperativa nacional e internacional; 3 – Formação de um fundo de reserva que habilite a cooperativa de consumo a efectuar directamente a produção ou comanditar a cooperativa independente fundada com esse fim»” (Silva, 1994:248/249).

Em Portugal, ao que hoje se sabe, inserido no movimento operário, uma das primeiras cooperativas foi criada em 1858 “Associação Fraternal dos Fabricantes de Tecidos e Artes Correlativas” (Fonseca, 1976:64). Esta realização enquadra-se em fase embrionária do activismo operário. Segundo Carlos Fonseca³: “A expressão característica do movimento operário entre 1852 e 1870 é a mutualidade nos seus múltiplos aspectos. Os conflitos e trabalho são ainda raros e geralmente liquidados através das vias legais. As aspirações mais prementes do mundo do trabalho (instrução, socorros, etc.) são facilmente digeridas pelas classes dominantes, que fazem coincidir as necessidades de desenvolvimento do sistema com a conservação em bom estado (estado utilizável) da força de trabalho” (Fonseca, 1976:22).

A primeira lei sobre cooperativismo⁴ data de 1867 e foi de autoria de Andrade Corvo, Valoriza os aspectos associativos, considerando as cooperativas como uma espécie de associações de classe que permitem suprir carências através da cooperação entre pares. Sobre tal, afirma Schwarz da Silva: “sem pretender minimizar a influência estimuladora de Andrade Corvo. Na verdade a *Lei Basilar* era nitidamente de inspiração liberal, ou seja mostrava-se avessa a todas as formas de intervencionismo estatatal, apoiando-se na doutrina do «self-help» em tudo o que dissesse respeito à melhoria das condições de vida das classes populares.” (Silva, 1995:241).

Nesta fase, o cooperativismo era ainda um movimento incipiente e muito pouco organizado.

³ Obra citada pag. 21 a 27.

⁴ Sobre aquela que ficou conhecida como lei basilar do cooperativismo português, de 2 de julho de 1867, afirma Rebelo de Andrade: “ A necessidade precoce de legislar sobre o assunto devia-se ao desejo de publicitar o êxito já conhecido de algumas organizações cooperativas, que na França, Inglaterra e Alemanha entusiasmavam muita gente. A classe política mais esclarecida queria «importar» a ideia, devendo para tanto torná-la conhecida, mesmo se por via «oficial»” (Andrade, 1981:15).

Ainda durante o século XIX foi organizado o Congresso Cooperativo de 1894, realizando-se em Lisboa entre os dias 4 e 7 de maio⁵. Nele participaram representantes de 30 cooperativas de norte a sul do país. Discutiu-se o rumo⁶ a seguir para um melhor cooperativismo, identificando logo o problema da falta de unidade entre cooperativas e as dificuldades que a desunião provocava. Definiram-se as prioridades do movimento, sentindo-se a necessidade de criar um organismo federal que defendesse os interesses económicos das cooperativas, garantindo a independência e autonomias das mesmas⁷.

No período da Primeira República, há liberdade, há acesso a novas concepções teóricas da sociedade, mas também há grande instabilidade política, forte contestação social. Diversas insurreições são tentadas pelos monárquicos, os governos têm duração muito curta, há todo um conjunto de promessas e anseios entre a população que se não concretizam. Muitos dos movimentos sindicalistas, fortemente marcados pelos anarquistas, e pelos comunistas, uma nova força política, defendem uma transformação radical da sociedade, através da revolução, para eliminar todas as formas consideradas de exploração do homem. Por sua vez, os socialistas utópicos defendiam que através do cooperativismo era possível resolver as grandes dificuldades sentidas pelos trabalhadores, superando a carestia de vida, melhorando a educação, aumentando a solidariedade entre os membros, gerando um sentido de pertença que permitisse um sentimento de força colectiva. Seria uma forma, suave, de alterar a sociedade sem a necessidade da revolução, seria um processo muito mais lento.

⁵Este Congresso realiza-se em 1894, época (1887-1897) que Carlos Fonseca caracteriza do seguinte modo: “Minada por contradições políticas, a «vanguarda» da classe operária não pôde neutralizar as brechas que a acompanhavam desde a sua origem. Agora, sob a pressão dos conflitos de classe (internos e externos), a uniformidade explode numa policromia de tons complexos, mas variando de um simples espectro ideológico constituído pelos ortodoxos, possibilistas, anarquistas, sindicalistas, estes mesmos contornados pelos socialistas de estado, operariado católico e republicano.

A característica mais importante desta fase é, na nossa opinião, o reaparecimento das organizações, jornais e doutrinas anarquistas, invisíveis entre nós a partir de 1873-1874.” (Fonseca, 1976:23).

⁶Aparentemente este Congresso não obteve resultados práticos; talvez o único tenha sido a definição de uma orientação política, baseada em princípios socialistas, para o movimento cooperativo. (Fonseca, 1980:157).

⁷ Afirma Carlos Fonseca: “As perguntas sobre a federação responderam as Cooperativas dos Oficiais Inferiores da Armada e Progresso Económico e Social afirmativamente, observando a primeira que as cooperativas não perdessem a sua independência e a segunda que se federassem com o fim de fornecer os géneros em melhor conta, dispensando assim os «onerosos serviços dos intermediários»” (Fonseca, 1980:149-150).

Em 1926, numa tentativa de impôr a ordem ao país, ocorre em Portugal um golpe de Estado militar. As liberdades individuais e colectivas são restringidas. Os movimentos atrás mencionados são ilegalizados ou passam a sentir grandes dificuldades em funcionar. Alguns dos seus membros participam, activamente, nas diversas tentativas, falhadas, de resistência, sendo que boa parte dos seus membros passou por períodos mais ou menos longos de prisão e deportação.

O Estado Novo foi organizado como um estado corporativo, em torno de um conjunto de grémios profissionais, existindo mesmo o Ministério das Corporações. Em termos históricos, referencia-se à Idade Média. Uma corporação incluía os representantes do Estado, do patronato e do sindicato; mas isso não significava que o sindicato defendesse, efectivamente, os direitos dos trabalhadores. Neste tipo de integração vertical, só há três votos e os interesses do patronato sobrepunham-se aos dos assalariados. Neste sentido, era sempre possível a existência de prosperidade e de lucro, nem que fosse pela não prosperidade dos assalariados. Com os direitos muito restringidos, pelo Estatuto do Trabalho Nacional (1933) e mais legislação, que impedia o direito à greve, levando mesmo à prisão e ao degredo quem desobedecesse, não existem formas substanciais de fugir ao sistema.

Não obstante, no Estado Novo, e apesar da repressão, continuam a existir cooperativas. Nesse sentido, formulei a questão: Que cooperativismo foi possível durante o Estado Novo?

Entre os estudos sobre o cooperativismo neste período histórico salientam-se as obras de Rebelo de Andrade (Andrade, 1981), Schwarz da Silva (Silva, 1995) e Hipólito dos Santos (Santos, 2009), descrevendo os dois primeiros história do movimento cooperativo desde o início até à actualidade e o terceiro o movimento durante o período específico do Estado Novo.

Sobre o Estado Novo, Rebelo de Andrade classifica-o como um tempo intervencionista, informando-nos sobre a publicação de legislação que limitou o desenvolvimento cooperativo.

Schwarz da Silva identifica a existência de dois cooperativismos, um agrícola e outro urbano. Considera a existência de ciclos de nascimento e de ocaso no cooperativismo português. Mas sempre que há um ciclo de nascimento cooperativo, há também uma

quase total ignorância sobre o passado cooperativo. No período que nos interessa, considera que o cooperativismo urbano não foi especialmente controlado; por necessidades produtivas o Estado imprimiu um importante desenvolvimento ao cooperativismo agrícola.

O texto de Hipólito dos Santos é um relato pessoal e intenso sobre o cooperativismo durante o Estado Novo, propondo-se retirar do esquecimento um conjunto importante de pessoas que lutaram pelo desenvolvimento cooperativo e contra o regime, no sentido de evitar a ignorância sobre o passado. Relata, também, as lutas intestinas entre facções políticas que paralisaram e impediram um maior desenvolvimento cooperativo.

Qualquer um destes autores refere o papel desempenhado por António Sérgio, enquanto divulgador do cooperativismo.

Numa obra geral sobre o activismo operário português, Carlos da Fonseca aborda pontualmente o cooperativismo na sua relação com a estruturação e a vida do movimento operário, especialmente na fase nebulosa inicial. (Fonseca, 1976 e 1980).

Para responder à questão de partida, recorri a pesquisas bibliográficas gerais sobre o Estado Novo e específicas sobre o cooperativismo. Consultei os diversos órgãos de divulgação cooperativa, nomeadamente o *Acção Cooperativa* e o *Boletim Cooperativista*, que proporcionam a perspectiva a partir do interior do movimento. Consultei o arquivo da Casa António Sérgio. Por fim, recorri a entrevistas a dirigentes e ex-dirigentes cooperativos, que são também estudiosos do tema.

Como limites desta investigação, correspondente a uma tese de mestrado, salientam-se a dificuldade em encontrar testemunhos em primeira mão, especialmente no período 1926/60, e as limitações da imprensa num regime de censura prévia. Porém, terá como possibilidade o desbravar de um tema marginal pouco estudado.

2 - COOPERATIVISMO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Para compreender o movimento cooperativo durante o Estado Novo, é necessário conhecer os desenvolvimentos cooperativos ocorridos nos anos 20, na Primeira República, utilizando em particular o jornal *Acção Cooperativa*⁸ nos anos 20.

2.1-BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

A República encarnava um ideal de liberdade e igualdade até aí nunca visto em Portugal. Mas a situação económica do país era difícil. Como forma de tentar manter as colónias africanas, Portugal participou na Grande Guerra (1914-1918), tornando a situação económica ainda mais problemática. Surgiram novos partidos e cisões nos já existentes, sendo que alguns desses partidos defendiam um sistema político alternativo à democracia. Os governos tinham curta duração, a classe política perdeu a credibilidade.

O grosso da população vivia com muitas dificuldades, havendo, depois da primeira guerra mundial, uma grande carestia de vida e faltavam bens essenciais. Não existindo controlo, por parte de entidades públicas, sobre o preço e qualidade de bens alimentares, estes eram frequentemente adulterados. As classes desfavorecidas estavam à mercê dos especuladores que obtinham lucros elevados. Aconteceram assaltos a estabelecimentos comerciais, nomeadamente padarias, assim como revoltas e greves constantes.

Nas zonas mais industrializadas do país, o movimento sindical era dominado por grupos anarquistas e anarco-sindicalistas⁹. Numa primeira fase era constituído por associações de ofício mas posteriormente criaram-se organismos de coordenação sindical como a União Operária Nacional (1914) e a Confederação Geral do Trabalho¹⁰ (1919) como

⁸ Este jornal era o órgão oficial da Federação Nacional de Cooperativas, presidida na época por Francisco Reis Santos. O primeiro número editado foi editado em 31 de Janeiro de 1922; foi possível consultar 43 números sequenciais, sendo o último datado de Janeiro de 1925. Os primeiros 27 números foram dirigidos por Armando Massano, enquanto os outros foram dirigidos por António Rodrigues Graça.

⁹ Segundo João Dias, o movimento sindical nacional era autónomo, não estando dependente de nenhum partido político. Revolucionário, porque visava a acção directa contra o patronato e contra o estado. Transformador, porque tinha associado um projecto de sociedade mais justa, sendo que a forma de a obter passava pela revolução. (Dias em Lains, 2005:377).

¹⁰ Na periodização já referida Carlos Fonseca chama a este período a 7ª época (1909-1919), caracterizando-o assim: “o período áureo do sindicalismo português reveste-se de um duplo aspecto, contínuo e descontínuo. Contínuo, porque durante uma sucessão de dez anos o movimento sindical viu crescer progressivamente o efectivo dos militantes inscritos na organização operária e também porque o ritmo, desenrolamento e desfecho vitorioso das lutas vai crescendo até ao período 1919-1920 (...) O zénite da combatividade poderia situar-se

forma de fazer vingar as reivindicações dos associados. Os trabalhadores lutavam por direitos básicos como um salário justo e horário de trabalho de oito horas¹¹ - não sendo ainda um direito universal, era já um direito adquirido por alguns sectores profissionais, como por exemplo os operários do Município de Lisboa que o conquistaram em 1909 (Fonseca, 1976:125). Uma forma de reclamar direitos passava pela acção directa¹²: violência, atentado, execução e intimidação. O que provocou um clima de desordem social com efeitos muito negativos na sociedade e na economia, evitando mesmo os investimentos no país. As promessas republicanas não se cumpriram em larga medida.

2.2 - DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Neste período, as cooperativas existentes estavam, frequentemente, associadas a uma classe profissional ou a uma empresa industrial. Caracterizavam-se, quase sempre, por ter curta existência, devido a dificuldades financeiras, desinteresse por parte dos cooperadores, ou falta de informação e formação cooperativa¹³. Por volta de 1920, foi criada a Federação Nacional de Cooperativas¹⁴, a primeira tentativa de criar uma estrutura que abrangesse o maior número possível de cooperativas, para mais facilmente reclamar direitos e criar, também, armazéns abastecedores cooperativos. Como forma de mais facilmente despertar consciências e de circular informação cooperativa a Federação Nacional de Cooperativas criou o Jornal *Acção Cooperativa*.

No primeiro número, os responsáveis indicam os objectivos a que se propõem. Sendo um órgão de propaganda, a sua missão é despertar os espíritos para as vantagens da cooperação, dando notícias do que de melhor se passa, em termos cooperativos, no

durante todo o primeiro semestre de 1919, na altura precisa em que o capitalismo se vê obrigado a ceder ao movimento operário uma série de aquisições de importância capital” (Fonseca, 1976:24).

¹¹ O jornal *O Estivador do Porto de Lisboa*, o órgão da Associação de Classe dos Estivadores do porto de Lisboa, no número único, editado em 15 de novembro de 1925, refere em editorial que as crises de trabalho obrigam o trabalhador a aceitar condições pouco dignas: aumento da jornada de trabalho com diminuição do salário.

¹²No jornal *O Estivador do Porto de Lisboa*, de 9 de Novembro de 1930, dá-se a conhecer, num artigo, aquilo a que chamam tripulantes modelares que, não respeitam o trabalho de estiva, brutalizando e explorando o estivador, ” É bom que todos os trabalhadores náuticos, fiquem conhecendo uma e outra criaturas, e lhe prestem o serviço que melhor julgarem conveniente”.

¹³ Embora Inácio Rebelo de Andrade refira que: “ homens esclarecidos como João Henrique Ulrich e Fernando Emygdio da Silva davam a conhecer os escritos doutrinários de Charles Gide (...) faziam-no em artigos e conferências fáceis de compreender” (Andrade, 1981:20).

¹⁴ Não foi a única tentativa de federar o movimento cooperativo. Andrade refere: “ Em 1920 e 1922, em Lisboa e no Porto, na busca do maior consenso para as decisões de âmbito nacional, constituem-se a *Federação Nacional das Cooperativas* e a *Sociedade Cooperativa União Central de Abastecimentos*.” (Andrade, 1981:22).

estrangeiro. Propõem-se apoiar a criação de novas cooperativas, tentando fazer nascer, nas já existentes, o verdadeiro espírito do cooperativismo. Porque, indicam, esse espírito se perdeu, já que a maioria das cooperativas existentes não corresponde às verdadeiras necessidades dos seus cooperadores, estando longe do objectivo para que foram criadas. Elas próprias procuram a especulação mercantilista e a acumulação de capital para uma distribuição de bónus. Consideram que a independência nacional está em perigo devido à acção de “oligarquias estrangeiradas” que retiram energia e impedem a acção. Comparando a situação com a vivida em 1580¹⁵.

A *Acção Cooperativa* propõe-se a elaborar um projecto político e económico que contribua para ultrapassar a grave crise em que o país estava mergulhado, para o efeito vai endereçar convites a “Associações de Classe, universidades, sociedades científicas e literárias, e a todos aqueles que sem preocupações de politica partidária ou doutrinária, sem atenderem a estreitos interesses individuais, queiram colaborar num sentido de progresso e, principalmente de realizações imediatas, para que, tão depressa quanto possível, por efeito dessas mesmas medidas se restabeleça a ordem no espíritos...” (*Acção Cooperativa*, nº1). Efetivamente são apresentadas ideias e planos-base para a resolução dos diversos problemas do país, elaborados por personalidades intelectuais e com conhecimentos técnicos, consideradas isentas em termos políticos como, entre outros Ezequiel de Campos e Quirino de Jesus¹⁶.

A *Acção Cooperativa* criticou as auto intituladas forças vivas¹⁷, considerando-as como as principais culpadas pela difícil condição de vida das classes trabalhadoras, porque eram elas que controlavam a economia do país. Os produtos alimentares eram escassos e chegavam aos consumidores duplamente adulterados: no peso e na qualidade¹⁸. Culpa

¹⁵Entendem que este estado de coisas só se pode combater com uma acção que possa converter toda a sociedade portuguesa, mas que não pode, vão dizendo, nem deve ser feita por “um partido, seita ou facção, nem por Messias mais ou menos tesos”. Deve ser um movimento que englobe toda a nação, que englobe todas as classes sociais (*Acção Cooperativa*, nº1).

¹⁶ O plano foi apresentado no nº 12, datado de 22 de Agosto de 1922, como “movimento nacional de conversão”. Era um plano financeiro e económico que abarcava cinco pontos: 1-política geral; 2-finanças; 3-economia social; 4-economia política; 5-colónias. (*Acção Cooperativa*, nº12).

¹⁷ As “forças vivas” eram constituídas por grandes empresários e pelas associações patronais. Assim eram vistas: “esta gente organiza congressos, forma opinião pública porque detêm jornais. Paga a homens de ciência, literatos, publicistas, médicos, engenheiros e professores para que defendam o seu ponto de vista” (*Acção Cooperativa*, nº2).

¹⁸ O jornal faz denúncia, nos diversos números, da adulteração do leite e do pão. Sobre o leite, acusa os comerciantes de lhe juntar água e urina como forma de aumentar a quantidade; quanto

o Estado pela pequena multa aplicada nestes casos e os fiscais pela sua corrupção. Mas o Estado tentou criar uma alternativa, credível, para fornecer bens alimentares de alguma qualidade e a preço favorável aos mais necessitados, os Armazéns Reguladores - foram criados trinta e cinco (1921). A Federação Nacional de Cooperativas considerou isto como um rude golpe nas aspirações do cooperativismo, porque lhes retira espaço de manobra e associados, considerando a sua criação como concorrência desleal levada a cabo pelo Estado. No entanto, aquela estrutura criada pelo Estado também não funcionava¹⁹...

A Federação Nacional de Cooperativas foi, tanto quanto se sabe, uma das primeiras tentativas de criar uma cooperativa de segundo grau (ver nota 14), tendo criado na sua estrutura um armazém abastecedor em Lisboa e outro no Porto, mas sempre com muitas dificuldades económicas. Refere o jornal citado que algumas cooperativas retinham os pagamentos durante bastante tempo, provocando grande aflição na estrutura criada. O jornal servia também de veículo de publicidade aos produtos que podiam ser fornecidos às cooperativas pela Federação Nacional das Cooperativas.

As cooperativas, neste período, estavam quase sempre ligadas a um grupo ideológico político, a maioria estava ligada a organizações socialistas, mas também as havia dominadas por anarquistas e por comunistas. Contudo, autores há para quem estes dois últimos grupos, não reconheciam as virtudes do cooperativismo²⁰. Assim, afirma Hipólito dos Santos: “As cooperativas faziam parte de um projecto reformista, combatido por partidários de um socialismo revolucionário – anarquistas e anarcosindicalistas, de um lado, e marxistas, de outro. Uns e outros reconheciam aspectos positivos imediatos na fórmula cooperativa que parecia permitir resolver problemas importantes dos trabalhadores: carestia de vida e falta de emprego, associado a aspectos de solidariedade. Reconheciam inclusivamente que ajudavam a gerar um sentimento de força colectiva e ao mesmo tempo a elevar a preparação dos trabalhadores para

ao pão há referências ao acréscimo de serradura e de outras coisas. Concretamente: “O leite aumentou 50%! Vantagens: os mais desfavorecidos vão deixar de o consumir aquela mixórdia a que chamam leite” (*Acção Cooperativa*, nº9).

¹⁹ A Federação Nacional de Cooperativas enviou uma carta, em Janeiro de 1922, ao ministro Maia Pinto dando conta dos seus receios. Critica o Comissariado Geral dos Abastecimentos porque dispõe de 15000 contos e não consegue fazer um trabalho aceitável devido ao excesso de burocracia, “antes se entregasse à FNC o que sobra desse orçamento” (*Acção Cooperativa*, nº18).

²⁰ Porque um operário, sócio de uma cooperativa, conseguia satisfazer as suas necessidades básicas, acomodava-se, afastando-se do objectivo máximo da luta de classes: a revolução.

actividades associativas, de maior responsabilidade. Contudo, consideravam que essas vantagens criavam falsas ilusões aos trabalhadores e desviava-os da luta revolucionária, única que entendiam como capaz de resolver os problemas na sua globalidade. Para eles, não se tratava de melhorar o funcionamento da sociedade, mas de a transformar radicalmente, eliminando todas as forças e actividades «parasitárias»” (Santos, 2009:32). Segundo este autor, estas correntes acabam por se introduzir nas cooperativas como forma de sobrevivência, como forma de angariar fundos para o seu objectivo final e de divulgação dos seus princípios.

O Estado reconheceu às cooperativas um papel importante na resolução dos problemas de abastecimento, mas acabou condicionando a acção das cooperativas ao reconhecer-lhes o estatuto de utilidade pública, isentando-as do pagamento do imposto de selo, desde que exercessem a sua actividade comercial somente com os seus associados²¹. O Estado cedeu a pressões do comércio privado.

Podemos considerar que, apesar de todos os erros de gestão, dificuldades de divulgação e doutrinação, falta de programa estratégico, no período da Primeira República ocorreu uma expansão do movimento cooperativo²².

²¹ Numa portaria datada de 11 de outubro de 1924 refere-se quais são as cooperativas abrangidas pelo estatuto de utilidade pública. (Costa, 1976:215 a 220).

²² Inácio Rebelo de Andrade refere que, no início da República, existiam em Portugal cerca de 200 cooperativas de consumo (Andrade, 1981:22).

Em *Acção Cooperativa*, num tom de lamento pela baixa adesão às assinaturas do Jornal, cerca de 1200, refere a existência de cerca de 400 cooperativas que representam um número superior a 100000 cooperadores, o que representa cerca de 500000 consumidores (*Acção Cooperativa*, nº43).

A ACCÇÃO



COOPERATIVA

ORGÃO DA FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS

Revista
A BIBLIOTECA NACIONAL DO
LISBOA

Numero 12
Lisboa, 22 de Agosto de 1922

Redacção e Administração	FEZZINI, LUIZ
Director	FEZZINI, LUIZ
Redacção e Administração	FEZZINI, LUIZ
Publicação Mensal	FEZZINI, LUIZ
Publicação Mensal	FEZZINI, LUIZ

O problema nacional e o Cooperativismo

A derrocada iminente... A reconstrução salvadora

O que nos dizem os srs. dr. Quirino Avellino de Jesus e Ezequiel de Campos

O movimento nacional de conversão

A F. N. C. inicia-o e vai entregal-o aos seus naturais dirigentes, passando a ocupar nele o lugar que lhe competir

Os problemas nacionais e sociais que se apresentam ao povo português são de tal natureza que exigem uma solução política, social, económica e moral.

Tratado de cooperação política, social e económica entre os Estados do mundo. Mas a solução para os problemas nacionais deve partir do povo e de suas instituições, não de fora do país.

O problema nacional de conversão é o problema da vida política. A ordem que se estabelece no país deve ser baseada na justiça social, na liberdade de pensamento e na participação activa do povo na vida nacional. O problema nacional de conversão é o problema da vida económica. A ordem que se estabelece no país deve ser baseada na justiça social, na liberdade de pensamento e na participação activa do povo na vida nacional.

O problema nacional de conversão é o problema da vida social. A ordem que se estabelece no país deve ser baseada na justiça social, na liberdade de pensamento e na participação activa do povo na vida nacional. O problema nacional de conversão é o problema da vida moral. A ordem que se estabelece no país deve ser baseada na justiça social, na liberdade de pensamento e na participação activa do povo na vida nacional.

A ordem que se estabelece no país deve ser baseada na justiça social, na liberdade de pensamento e na participação activa do povo na vida nacional. O problema nacional de conversão é o problema da vida política, económica, social e moral.

A ordem que se estabelece no país deve ser baseada na justiça social, na liberdade de pensamento e na participação activa do povo na vida nacional. O problema nacional de conversão é o problema da vida política, económica, social e moral.

A ordem que se estabelece no país deve ser baseada na justiça social, na liberdade de pensamento e na participação activa do povo na vida nacional. O problema nacional de conversão é o problema da vida política, económica, social e moral.

A ordem que se estabelece no país deve ser baseada na justiça social, na liberdade de pensamento e na participação activa do povo na vida nacional. O problema nacional de conversão é o problema da vida política, económica, social e moral.

Este número da "Acção Cooperativa" ficou uma obra de propaganda, para que ela chegue a toda a parte. Ao processo a quem estiver interessado pela publicação de um jornal e que a desajam melhores, deverão estabelecer por escrito para a administração para lhe contestarem a seguir.

A ACCÇÃO



COOPERATIVA

ORÇÃO DA FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS

Banco Espirito Santo Caixa Postal 2000 Rua da Liberdade, 27 Tel. 111 F. N. C. - Caixa Postal 2000 F. N. C. - Caixa Postal 2000	BANCO Caixa Postal 2000 Rua da Liberdade, 27 Tel. 111 F. N. C. - Caixa Postal 2000 F. N. C. - Caixa Postal 2000
---	--

O novo consumidor modificará a sua situação quando deixar de ir junto do balconista que subsidiava a desordem para dela tirar proveito. Consumir da cooperativa é cessar o nosso algoz.

As Oligarquias Plutocraticas desmascaradas

A suspeita que muito gente tinha confirmou-se. Realmente averiguado que elementos da alta finança e das forças vivas - subsidiavam autores de notícias pessoais e dinamitadas. A carta que a seguir publicamos, dirigida ao Banco Espirito Santo e apresentada pela politica, tira todas as dúvidas.

Banco Espirito Santo. — Para ser entregue ao Sr. Viçoso da Regenda — Ao Ex. Sr. Viçoso — Meu caro Senhor. Tem sido o meu objectivo saber a respeito da minha carta que ultimamente lhe enviou. Como sabe, a questão de 2 contos que tratamos com a instituição espacia de facilitar mais 2 contos, conforme ficou combinado, e que os señores concordaram. Aguardo pela de sua facilidade que concorda com este compromisso - perante o qual, tomou o Sr. Viçoso e logo a responsabilidade pela sua satisfação integral e que não me deixasse ali nas costas de 2 contos. Comprometido eu ao Viçoso e Regenda. Ser amigo. - Ayres de N. R. — O pedalar trata a resposta.

Segundo informações da propria policia outras Bancas e Empresas subsidiavam legionarios. Porque não são revelados os nomes de todos esses BENEMERITOS DEFENSORES DA ORDEM?... Porque não são tratados como os legionarios, seus protegidos? Como se explica esta aliança da finança e dinamitismo? E que as oligarquias plutocraticas convem a Casaraca, a pertubação para impedir a auctoria central e facilitar as suas especulações. E que os tentados lhe são necessarios para justificarem a sua almejada dinamia e reclamarem violencia contra o operariado e seus originaes.

Tentamos em clubs de jogo, pertencentes a relations das forças vivas - estabeleceram 1.500.000 \$ 10.000, com o intuito de combaterem a especulação. Foram 1.500.000 \$ 10.000, mais o Mayor 100.000 contos, Olligias e 200.000 contos, conforme se revela no seguinte e - Trazido de 9 de operariado, com dinamitismo.

CONTRA OS ESPECULADORES

O COMICIO PROMOVIDO PELA F. N. C.

Realizado no Terreiro do Paço em 8 de de Fevereiro, foi o mais concorrido depois da implantação da Republica

A F. N. C. em 1925, não se limitou a promover apenas a melhoria da vida do trabalhador, mas também a melhoria da vida do cidadão em geral. Para isso, realizou um comício no Terreiro do Paço, em 8 de Fevereiro, com o intuito de chamar a atenção da população para os problemas sociais e políticos da época.

O comício foi realizado no Terreiro do Paço, em 8 de Fevereiro, com o intuito de chamar a atenção da população para os problemas sociais e políticos da época. Foi o mais concorrido depois da implantação da Republica.

O comício foi realizado no Terreiro do Paço, em 8 de Fevereiro, com o intuito de chamar a atenção da população para os problemas sociais e políticos da época. Foi o mais concorrido depois da implantação da Republica.

O comício foi realizado no Terreiro do Paço, em 8 de Fevereiro, com o intuito de chamar a atenção da população para os problemas sociais e políticos da época. Foi o mais concorrido depois da implantação da Republica.

Mais um Ano

Com a publicação desta edição da Accção Cooperativa, completamos um ano de existência. Este período foi marcado por muitas lutas e conquistas. A luta pela melhoria da vida do trabalhador e do cidadão em geral continua a ser nossa prioridade.

O comício foi realizado no Terreiro do Paço, em 8 de Fevereiro, com o intuito de chamar a atenção da população para os problemas sociais e políticos da época. Foi o mais concorrido depois da implantação da Republica.

A Federação das Cooperativas e o governo

Depois de um longo período de negociações, a Federação das Cooperativas conseguiu estabelecer um acordo com o governo. Este acordo prevê a melhoria das condições de trabalho e a criação de novos empregos.

O Nosso Programa

Este programa tem como objetivo a melhoria da vida do trabalhador e do cidadão em geral. Para isso, vamos lutar pela criação de novos empregos, pela melhoria das condições de trabalho e pela defesa dos direitos do operariado.

3- COOPERATIVISMO NA DITADURA/ESTADO NOVO

O período temporal que vai de 1926 a 1945 é uma época caracterizada por uma regressão do cooperativismo nacional. Após a imposição da Ditadura Militar e posteriormente a criação do Estado Novo, o movimento operário, a que podemos associar o cooperativismo, passa a ser vigiado e controlado pela polícia política. Numa tentativa de desarticular o movimento os seus líderes, que por vezes também são membros de cooperativas, estes são sujeitos a longas penas de prisão e, em alguns casos, passam a viver na clandestinidade.

A 12 de maio de 1933 foi publicado o decreto-lei 22513, que ficou conhecido como a lei garrote. Este decreto foi publicado por pressões exercidas pelas associações do comércio retalhista, visando restringir as actividades comerciais exercidas pelas cooperativas de consumo ao obrigar o pagamento de contribuição industrial para todas as transacções comerciais efectuadas com os não sócios. Foi um rude golpe no movimento cooperativo que, para continuar as suas actividades comerciais, passa a transacionar apenas com os seus associados, diminuindo muito o seu volume de negócios, passando as cooperativas a sentir grandes dificuldades de funcionamento. Esta situação provocou um apagamento do movimento, as cooperativas fecham-se sobre si próprias, os únicos contactos inter cooperativos acontecem, nesse período, nas festas de comemoração de aniversário de diversas cooperativas: é a altura em que se fala nas dificuldades sentidas no seu funcionamento. Foi, no entanto, como se verá mais à frente, um período profícuo de divulgação cooperativa.

No período 1945/1955, com o fim da segunda guerra mundial e a vitória dos aliados, há uma grande esperança no fim do regime e surgem novos grupos de oposição, mais ou menos tolerados. Salazar promete eleições livres, mas a nova ordem internacional continua a autorizar regimes autoritários na Europa. É também neste período que regressam ao país os primeiros prisioneiros do campo do Tarrafal, sendo que alguns vão aderir a cooperativas de consumo, até como forma de garantir sustento das famílias. Há tentativas de relançamento do Partido Socialista Português. Ao mesmo tempo existe, também, uma tentativa de reorganizar e expandir o movimento cooperativo, embora com resultados quase nulos, devido, como se verá mais à frente, a desencontros e desconfianças. Contribui, também, a desilusão que foi provocada nas hostes

democráticas pela repressão e pelas dificuldades impostas pelo regime às campanhas eleitorais, mantendo-se o Estado que não mais cai.

Em 1951, por iniciativa de António Sérgio, passa a publicar-se um pequeno jornal, o *Boletim Cooperativista*, onde são divulgadas notícias sobre as cooperativas e sobre o cooperativismo. A partir de 1955 é aqui relançada a ideia de criação de uma estrutura que reunisse e representasse o cooperativismo português: são os primeiros passos da UNICOOPE.

A partir de meados da década de 60, já com o Estado Novo avançado, aconteceram vários contactos internacionais entre cooperativas. É uma época em que se procura melhorar e expandir o cooperativismo de consumo, adaptando-o às novas realidades nacionais. O principal apoio vem de cooperativas suecas, sendo implementado o plano Ames de desenvolvimento cooperativo.

Já no início da década de 70, após um período de alguma abertura por parte do regime, o que motivou uma esperança na mudança de regime a partir do seu interior, o Estado voltou a endurecer as medidas de controlo sobre todas as forças opositoras. O movimento cooperativo, que tinha já uma apreciável expressão, foi limitado na sua acção pela aplicação de um conjunto de leis que impediram e limitaram as suas actividades, obrigando mesmo ao encerramento de um conjunto vasto de cooperativas.

Entretanto a 25 de Abril de 1974, o Estado Novo finalmente acabou, sucedendo-se desde logo todo um conjunto de iniciativas que permitiram um grande desenvolvimento cooperativo nas suas múltiplas variantes.

3.1 – BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

A 28 de maio de 1926, ocorreu em Portugal um golpe de estado, perpetrado por militares que não concordam com os caminhos seguidos pelos sucessivos governos republicanos, num contexto adverso a uma democracia parlamentar que não deixava espaço a um governo forte, campeando a demagogia. Mas a ditadura militar instalada no país não tem uma linha ideológica bem definida, agrupando no seu seio uma amálgama de diferentes correntes políticas de direita.

O país não podia ser eternamente governado em ditadura militar, sendo necessário ultrapassar a situação, existiam três correntes de opinião que defendiam objectivos

diferentes. Os liberais conservadores, grupo que incluía no seu seio a maioria dos militares de alta patente que participaram no golpe de 28 de maio, preconizavam a regeneração da República, agora num sistema político de iniciativa presidencialista, com um governo forte, com uma nova Constituição, assente num bipartidarismo constituído por partido conservador que seria o garante do governo e um partido oposicionista que agrupasse as formações republicanas. Consideravam a ditadura como um período de transição para o novo regime, garantindo um ambiente de calma na restituição progressiva da liberdade e democracia.

Os ultra direitistas, constituído por oficiais subalternos, integralistas e nacional sindicalistas, preconizavam uma via autoritária, seguindo os exemplos espanhol com Primo de Rivera e italiano com Benito Mussolini, impedem a aplicação de reformas constitucionais, entendendo que a Ditadura se devia manter o tempo necessário até que se instalasse uma nova ordem política e social.

Existia ainda a corrente liderada por António de Oliveira Salazar, ou intriguista. Salazar foi ministro das finanças entre 1928 e 1930, em governos militares liderados por membros da corrente liberal conservadora; no entanto a linha defendida por este grupo não lhe interessa. Apoiando e conspirando, activamente, com a corrente ultra direitista, consegue, em 1930, afastar a corrente liberal do governo ditatorial. Afirma Rosas: “após um período de confrontação no interior da própria Ditadura Militar entre os que pretendiam apenas «regenerar» a República implantada em 1910 e os que queriam «fundar» uma nova ordem política, económica e social assente num Estado autoritário, o ano de 1930 pôs termo a esta confrontação com a derrota dos «regeneradores» republicanos, onde se destacavam os generais Vicente de Freitas e Ivens Ferraz. A partir de Janeiro de 1930, com a posse de um novo Governo presidido pelo general Domingos de Oliveira e com Oliveira Salazar reforçado no poder que vinha construindo, desde 1928, em torno do Ministério das Finanças, o processo de desenvolvimento da Ditadura Militar objectiva-se na construção dos alicerces fundamentais do Estado Novo” (Oliveira in Rosas, 1992:22).

A oposição, neste período de Ditadura Militar, tentou por diversas vezes o contra golpe, ou revirinho, havendo numa delas, em fevereiro de 1927, que obrigou os seus membros,

assim como personalidades intelectuais influentes, ao exílio. Assim em 1930 a oposição estava desestruturada²³

A Salazar interessa um regime constitucional com limites formais à repressão, mas inicialmente era preciso dominar todas as correntes existentes dentro da Ditadura Militar, pelo que Salazar vai usar toda a sua habilidade política para encontrar apoios na sua caminhada para o poder. Assim, em 1932 torna-se primeiro-ministro. Critica os liberais porque procuraram restringir a acção ditatorial à resolução dos problemas urgentes do país, devendo depois devolver-se o poder e a ordem à constituição anterior. O que Salazar não tolera pois recusa o regresso ao passado liberal e parlamentar. Critica os integralistas, porque a ditadura não resolve o problema político, devendo por isso ser transitória, como forma de evitar os abusos que podem acontecer por falta de fiscalização. No entanto, consegue manter a relação com ambos os grupos, como forma de aproveitar tudo o que fosse possível, de ambos, em proveito do seu projecto. Afirma Fernando Rosas: “E a União Nacional – o partido único criado em 1930 – abriria «terreno de trabalho comum suficientemente amplo para nele caberem todos os portugueses de boa vontade, sem distinção de escola política ou confissão religiosa, contando que acatassem as instituições vigentes e se dispusessem a defender os grandes princípios de reconstrução nacional». De fora, só haveriam de ficar os irreductíveis dos dois lados, posto que o governo, «fugindo de extremismos de uma e outra banda», apelava a todas as forças conservadoras de «são patriotismo», procurando juntá-las «à volta de ideias constitucionais razoáveis e justas»” (Rosas, 1992:92). Alarga a sua base de apoio ao pedir o apoio dos monárquicos, fazendo promessas de restauração da monarquia assim que fosse possível, bem como do Centro Católico, do qual tinha sido dirigente garantindo o mútuo respeito entre o Estado e a igreja, e propondo que esta organização se transformasse num organismo de acção social.

²³ A este respeito, afirma Rosas: “No golpe de 28 de Maio de 1926, só as organizações de esquerda (Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT, Partido Comunista Português – PCP, Partido Socialista, grupo Seara Nova) e o próprio PRP, que estava no poder, não participaram na preparação do movimento militar. (...) A derrota da revolta militar de Fevereiro de 1927 obrigou ao exílio muitos dos principais vultos e personalidades republicanas. (...) Quando em 1930 se começou a construir o Estado Novo, só o PRP sobreviveu, não como força política estruturada, mas como um conjunto de grupos diversos, algumas vezes envolvidos em lutas intestinas, em torno de personalidades no interior ou no exterior de Portugal” (Rosas, 1992:23).

Assim, ocupando já o cargo de primeiro ministro, Salazar vai lançar as bases²⁴ do Estado Novo, fomentando uma nova constituição, publicada em 1933, assente em quatro bases fundamentais:

a) A recusa de um Estado liberal assente no parlamentarismo e em princípios democráticos, ou seja, a recusa da liberdade, introduzindo princípios algo paternalistas. Afirma Fernando Rosas: “Face às «desordens cada vez mais graves do individualismo, do socialismo e do parlamentarismo», haveria de concluir-se que «não é possível erguer sobre este conceito – a liberdade – um sistema político que efectivamente garanta as legítimas liberdades individuais e colectivas», tal como a «adulação das massas pela criação do povo soberano não deu ao povo [...] nem influência na marcha dos negócios públicos, nem aquilo de que o povo mais precisa – soberano ou não -, que é ser bem governado»” (Rosas, 1992:96).

b) Nacionalismo corporativo, a que todos estão sujeitos, sendo subordinados ao superior interesse da nação em detrimento do interesse pessoal. É uma recusa do individualismo: assim, o individuo passa a ser considerado enquanto integrante de algo mais vasto como uma família, freguesia, um grupo profissional, uma nação. Os seus direitos são os do seu grupo ou corporação. Só estes grupos deveriam ter representação política e eleger deputados à assembleia nacional, assim como participar na eleição do Presidente da República²⁵.

c) O autoritarismo, preconizou um Estado forte. Ao contrário da democracia cujo poder reside no controlo legislativo sobre o executivo, o Estado Novo defende um executivo forte. Estando o poder concentrado no chefe de Estado, o Presidente da República nomeia o governo, não estando este dependente da nomeação do parlamento. Afirma Fernando Rosas: “o desenho constitucional da Constituição de 1933 aponta para um Estado forte, de predomínio do Executivo, autoritário, mas não totalitário, limitado pela moral e pelo direito e fiscalizado por um poder legislativo eleito por sufrágio directo, ainda que fortemente diminuído na sua iniciativa e funções normais.” (Rosas, 1992:104).

²⁴ Na verdade, o primeiro passo foi a criação de União Nacional.

²⁵ Na prática, estes princípios não se chegaram a efectivar; nesta fase, foi necessário fazer cedências aos grupos liberais que integravam a Ditadura Militar.

d) O intervencionismo económico e social é a recusa da não intervenção liberal, devendo ser o Estado a coordenar e a desenvolver a economia nacional, através de obras na rede de transportes, comunicações, abastecimento de energia eléctrica e fontes de energia motriz.

Salazar conseguiu aprovar a Constituição através de equilíbrios, fazendo cedências e aceitando compromissos com o republicanismo conservador, tentando sempre esvaziar de sentido, ou absorver estas forças. Afirma Fernando Rosas: “Mas a alteração da correlação de forças que levara ao «compromisso constitucional» de 1933, ou seja, o processo histórico de consolidação do Estado Novo, em breve esvaziará de conteúdo e de sentido os equilíbrios políticos e institucionais tornados já desnecessários.” (Rosas, 1992:104).

Esta Constituição sofreu diversas revisões, entre elas a 1945, em que o governo passa a ser o principal órgão legislativo, esvaziando totalmente, de poder, a Assembleia Nacional que passa a ser apenas um órgão político que serve de apoio ao governo. Afirma Rosas: “à Assembleia Nacional passará a caber, na lógica constitucional, uma função essencialmente fiscalizadora e de definição das linhas fundamentais de orientação político-legislativa. Na prática, esse apagamento da iniciativa legislativa da Assembleia era verificável desde antes da revisão constitucional de 1945” (Rosas, 1992:115). A revisão de 1959 tem como principal alteração o modo de eleição do Presidente da República: assim, a partir de 1959, o Presidente deixa de ser eleito por sufrágio directo, passando a ser eleito por um conjunto de personalidades, o colégio eleitoral, que representa os diversos órgãos de poder. Diz-nos Fernando Rosas: “O propósito, como o explicitará publicamente Salazar, após o grande abalo das eleições presidenciais de 1958, é o de evitar qualquer hipótese de um «golpe de Estado constitucional», por outras palavras, impedir a eventual eleição de um candidato não afecto ao regime” (Rosas, 1992:116). Foi o pôr em prática algo pensado de 1933, mas nunca aplicado devido à acção de grupos de pressão existentes dentro do próprio regime; foi também uma forma de impedir um abalo no regime, como aquele provocado por Humberto Delgado, nas eleições presidenciais de 1958, esvaziando, ao mesmo tempo, de qualquer sentido político o cargo de Presidente da República.

Para aquilo que nos interessa, o cooperativismo, uma das medidas que mais o limitou foi a supressão da liberdade de associação, de expressão e de reunião em todas as suas

manifestações. Qualquer iniciativa de ordem associativa, fosse de que índole fosse, necessitava de autorização prévia do governo. Afirma Fernando Rosas: “No tocante à liberdade de associação, a legislação ordinária sujeitou a constituição de quaisquer associações – políticas, culturais, recreativas, desportivas, sociais, etc....- à prévia autorização do Governo (...). O Governo tinha ainda a faculdade discricionária de ordenar a dissolução de todas as associações já constituídas que entendesse terem-se «desviado dos seus fins estatutários» ou cuja acção contrariasse os princípios da «ordem estabelecida» (Rosas, 1992:123). Havia, no entanto, ainda outras formas de pressionar quem se atrevesse a fazer oposição, como por exemplo a demissão forçada de quem exercesse cargos públicos. Citando novamente Fernando Rosas: “Foi o que aconteceu em junho de 1947, quando o Governo ordenou uma vaga de demissões dos seus lugares como professores universitários de vários dos mais destacados elementos da intelectualidade portuguesa que se tinham salientado pelas suas tomadas de posição contra o regime na conjuntura eleitoral e pós-eleitoral a seguir ao termo da guerra.” (Rosas, 1992:124).

Existiam, ainda, um conjunto de medidas, aplicadas pelo Estado, por forma a limitar a livre expressão e educar as mentalidades nos bons princípios do Estado Novo.

Medida preventiva, a censura prévia existiu entre 1926 e 1974. Obrigava a que todas as publicações periódicas, edição de livros, emissões de rádio e espectáculos de teatro e cinema, fossem visados pelos censores do Secretariado da Propaganda Nacional, antes da sua edição ou emissão. O Governo tinha assim o poder de impedir a publicação de qualquer notícia ou texto considerado prevaricador da ordem instituída. Sempre que a acção preventiva falhava, fosse por desatenção dos censores, fosse por insistência dos autores, surgiam medidas repressivas que passavam quase sempre pela aplicação de uma coima, ou apreensão de materiais considerados subversivos, ou ainda pelo encerramento de instalações. Verificaram-se medidas formativas, que passavam por uma educação básica fortemente nacionalista e tendenciosa, pelo apadrinhamento, por parte do Estado, de um conjunto de artistas escolhidos como representantes da arte oficial do Estado Novo, quase sempre apoiados pelo Secretariado da Propaganda Nacional.

Existia ainda um corpo policial especializado em informação e repressão. Afirma Fernando Rosas: “A polícia política era a espinha dorsal do sistema: servida por uma

larga rede de informadores estipendados (nos locais de trabalho, nas escolas, nos centros de convívio, etc...), dotada de verbas cujo uso escapava ao controlo público, a PVDE/PIDE podia deter quem entendesse, sem culpa formada e sem mandato ou fiscalização judicial, por períodos que foram sendo sucessivamente alargados até chegarem aos seis meses.” (Rosas, 1992:127).

Podemos considerar o Estado Novo como uma ditadura institucionalizada. As instituições existiam, mas estavam esvaziadas de sentido e de poder, a legislação criada não deixava margem de manobra. Aconteciam eleições com uma eficaz regularidade, sendo tolerada alguma oposição²⁶, sobretudo a partir de 1945, apresentando assim um simulacro de legalidade. Nem o Presidente da República, ao ter perdido poder e passando a ser figura decorativa de Estado, pode demitir o Presidente do Conselho. Em certo sentido, o próprio Governo está dependente, nas suas decisões, da aprovação de Salazar, é uma ditadura, institucionalizada de Salazar, uma ditadura presidencialista exercida pelo chefe do Governo, cuja principal característica, nas palavras de Fernando Rosas foi “o de saber durar”.

3.2- ANTÓNIO SÉRGIO, UM AUTOR DE REFERÊNCIA

António Sérgio de Sousa Júnior nasceu em 1883, filho de um oficial de marinha e de uma senhora indiana, na cidade de Damão, na época possessão portuguesa na Índia sendo que então estes oficiais passavam bastante tempo em comissão, pelos diversos territórios do Império.

Da Índia, passou para Lisboa e depois para Angola. Em 1901, ingressou na Escola Naval, terminou o curso e em 1905, já como oficial de marinha, foi destacado para Macau, passando depois por Newcastle e mais tarde por Cabo Verde. Em 1910, casou com Luísa Epifâneo da Silva, filha de um importante editor gráfico. Nesse mesmo ano, após a implantação da República, demitiu-se da marinha. Afirma Leone: “O acontecimento republicano, verdadeira refundação de Portugal, claramente fê-lo tomar uma decisão quanto à sua vida que até aí permanecera cerceada pela tradição familiar. Doravante, é como pedagogo que pretende ser reconhecido.” (Leone, 2008:12).

²⁶ O recenseamento era restrito e manipulado, assim como o funcionamento eleitoral, sendo impostas limitações e forte controlo policial sobre as candidaturas oposicionistas.

Interessou-se por pedagogia, poesia e filosofia, teve contacto com Raul Proença e Jaime Cortesão. Viajou bastante: Paris, Londres, Genebra, Nice e Brasil, onde permaneceu entre 1912/1914. Tentou introduzir em Portugal novos métodos de educação, publicando a obra *Educação Cívica*. Em 1920, em conjunto com um grupo alargado de pensadores, ajudou a fundar a revista *Seara Nova* cuja missão consistia em renovar a mentalidade Portuguesa.

Em 1923, tornou-se ministro da educação pública, tentando fundar, sem êxito, a Junta Propulsora dos Estudos. Nesta breve passagem pelo governo, teve ainda tempo para fundar o Instituto Português de Oncologia. Em 1927 apoiou uma revolta falhada contra a recém-instaurada ditadura militar, exilou-se em Paris. Regressou em 1933, após ser amnistiado.

É em Paris que conhece as teses de Gide, Poisson e Lavergne, iniciando-se então o seu trabalho e empenho na divulgação do cooperativismo. Publicou imensos textos, deu conferências e manteve durante algum tempo um programa radiofónico sobre cooperativismo. Este homem, multifacetado, que escreveu sobre pedagogia (foi professor), filosofia, história, e ciência em geral, encontrou no cooperativismo uma espécie de religião que lhe permitiu lutar contra o Estado Novo e contra o estado do seu país.

Efectivamente, António Sérgio descobre e apaixona-se pelo cooperativismo durante o exílio em Paris. Aqui tem, pela primeira vez, contacto com os escritos de Gide: “...Sérgio deparou com um dos pontos altos da doutrinação cooperativa daquele país. Charles Gide, que ainda era vivo (pois só viria a falecer em 1932), havia publicado os seus mais importantes trabalhos depois do célebre *Programa das Três Etapas* de 1889, de entre os quais ressaltam diversos estudos sobre o *Programa Cooperativista* (1924), e um trabalho sobre a *Escola de Nimes* (1927).” (Costa, 1983:10).

Contacta, também, com a obra de Ernest Poisson, que publicou em 1920 *La Republique Cooperative*, e com a de Bernard Lavergne que, na época, leccionava em Lille e que tinha publicado *Les Régies Cooperatives*. Eram ambos discípulos de Gide. Fizeram uma síntese da obra do mestre, ampliaram-na, apresentando-a como uma espécie de nova doutrina social.

Em *Programa das Três Etapas*, Gide define aquilo que se pode considerar a forma de combater o capitalismo através do cooperativismo:

1ª Etapa- As cooperativas de consumo unem-se numa federação como forma de tentar uma acumulação de excedentes monetários, que permitam grandes operações de compra a preços muito baixos através da criação de grandes armazéns grossistas.

2ª Etapa- Os excedentes gerados na 1ª etapa são aplicados na criação de cooperativas de produção industrial, que permitam a produção de tudo o que for necessário aos cooperadores.

3ª Etapa- Passa-se à cooperação e produção agrícola em função das necessidades dos consumidores-cooperadores.

Assim, para Gide, este programa seria uma forma de acabar com os grandes males do capitalismo: o lucro e o salariado. Era este o objectivo das cooperativas francesas nos primeiros decénios do século XX, considerando o atrás enunciado como um guia de acção²⁷.

Por sua vez, Poisson, ao desenvolver os conceitos de Gide, lança a ideia de república cooperativa, um pensamento que poderia, se posto em prática, lançar as bases de uma nova ordem económica e social.

Já Lavergne debruça-se sobre o papel das cooperativas nesta possível, mas utópica nova ordem social. Segundo o já citado Fernando Ferreira da Costa, esta é a posição de Lavergne: “Opondo o socialismo cooperativo ao socialismo de Estado, considera que o «cooperativismo não é outra coisa senão um socialismo eficaz, real e profundamente liberal»” (Costa, 1983:12). Pensa também no papel do homem, enquanto indivíduo; assim o homem é utente cooperativo e não produtor de bens e serviços.

São estas as grandes influências francesas, no pensamento de António Sérgio sobre o cooperativismo. Neste sentido, publica, em 1934, o ensaio *Democracia*, em que defende que o seu socialismo não é de Estado, mas antes um socialismo cooperativo, notando-se a marca de Lavergne. Sérgio defende, em diversas conferências e publicações, que o

²⁷ Na verdade, Gide não foi o primeiro a pensar assim. Fernando Ferreira da Costa afirma: “cinco anos antes J.C. Farn afirmava no jornal britânico «The Co-operator» que a primeira etapa da cooperação deve ser o comércio a retalho, a segunda o comércio grossista, a terceira a produção industrial, a quarta a terra e a construção a quinta” (Costa, 1983:11).

cooperativismo é a única solução, aceitável, de ultrapassar os problemas económico do país.

Ainda neste período, traduziu textos de Gide e Lavergne, publicados na revista *Seara Nova*. Porém, à medida que o tempo vai passando, a situação política do país consolida-se sob o domínio autoritário de Salazar²⁸. Perante este facto e as críticas de Afonso de Barros, substitui o ideal da república cooperativa pela ideia de cooperativismo integral. Sérgio tentou criar uma federação de cooperativas de consumo, que fosse apoiada pelo conselho central das cooperativas, pretendendo pôr em prática a 1ª fase do programa de Gide, mas foi impedido pelo Estado Novo.

O cooperativismo integral funciona de uma forma diferente. Enquanto no programa, atrás referido, de Gide, podemos considerar princípios ascendentes, aqui o caminho é diferente, é descendente: as cooperativas de produção organizam-se, de modo a conseguir escoar a sua produção. Sérgio continua a pensar em nação cooperativa, sendo que o cooperativismo integral é considerado uma forma alternativa de atingir os mesmos objectivos. Assim, “... a nação cooperativa consistiria, ainda, em que aquilo que é básico no material da vida, o que provê às carências fundamentais dos seus membros (a alimentação, o vestuário, a habitação, o seguro) se realizaria de acordo com um certo plano total, traçado para benefício dos consumidores nacionais: só para benefício dos consumidores nacionais, e não para dar lucros a quem quer que seja.” (Sérgio, 1948:14). Para o qual se dever-se-ia avançar imediatamente. Sempre com o outro objectivo em mente: a república cooperativa.

O Estado Novo afirmou apoiar a criação de cooperativas agrícolas de produção; muito controladas, sabemos que não passavam de anexos aos grémios da lavoura, mas eram denominadas cooperativas²⁹!

A ideia de Sérgio evolui no sentido da defesa de um sector cooperativo, ou seja, de um cooperativismo que é apresentado e situado entre o sector público e o sector privado. Afirma Ferreira da Costa: “mas de forma a tornar possível «a um indivíduo que o

²⁸ Após a Segunda Guerra Mundial, a esperança de que os aliados não permitissem este tipo de regimes na Península Ibérica não se concretizou.

²⁹ O “cooperativismo português” foi diferente daquele teorizado por Gide, segundo o qual o domínio agrícola só surgiria na última fase. Aqui foi precisamente o contrário, a admitir-se que as cooperativas agrícolas no Estado Novo eram efectivamente cooperativas.

queira, satisfazer todas as necessidades materiais e espirituais, sem ter que recorrer ao sector capitalista; quer dizer: viver em regime socialista, apesar de não serem socialistas o Estado e o país a que pertence». Enfim, o ideal da Republica Cooperativa mantinha-se quase intacto embora apenas aplicável a uma parte da nação, a que se encontrava vinculada ao Sector Cooperativo” (Costa, 1983:15). Há uma alteração no seu pensamento, embora continue a pensar que a cooperativa de consumo continua a ser a única verdadeiramente revolucionária, pois pode remodelar a sociedade ao afastar, efectivamente, os intermediários.

Para ele, a democracia genuína só se conseguiria atingir pela via descentralizadora, que passaria pelas cooperativas, pelos sindicatos e pelo poder local. No seu entender, seria esta a via para a reforma social e económica do seu país. No entanto, Sérgio não parece ser influenciado por nenhum dos seus antecessores e contemporâneos nacionais que pensaram sobre este tema.

António Sérgio encarou o cooperativismo como algo que é mais, muito mais, que uma simples associação de consumidores que se unem para mais facilmente escapar às garras dos intermediários. É uma meta, uma forma, diferente, de vida: “Sempre o considerei como uma fórmula de vida, uma estrutura social; como um sistema, uma solução, um ideal, um alvo,- um objectivo para todos, um ideal para todos, que a todos se dirige, que se não recusa a ninguém.” (Sérgio, 1948:10).

Ele apresenta-nos o homem com todas as suas diferenças, mas também o apresenta como igual na satisfação de todo um conjunto de necessidades e consumos. Encara o cooperativismo como uma forma de socialismo para todos, onde todos cabem. Mas é um socialismo puro, não imposto pelo Estado ou por qualquer partido político.

Mas Sérgio é ainda mais utópico, e sonhador mesmo, ao pensar o ideal cooperativo para o mundo inteiro. Afirma: “Vi sempre o sistema cooperativista, o método cooperativista, a república cooperativista, a nação cooperativista, - ou, por enquanto, o sector cooperativo nacional: e, para além das nações cooperativistas várias, vi sempre a possível colaboração entre elas, e em suma a internacional dos cooperadores do Mundo, a organização cooperativa de toda a Terra.” (Sérgio, 1948:12).

Propõe mesmo uma forma de por em prática as suas ideias: “ Digo que um conselho da economia pátria. E designado por quem, esse conselho económico? – Pelo Congresso Económico do Povo Português, com as suas duas grandes assembleias: a Assembleia dos Consumidores, formada pela federação das cooperativas, e a Assembleia dos Trabalhadores, formada pela federação dos sindicatos livres.” (Sérgio, 1948:14). Esta apresentação é claramente uma alternativa ao regime do Estado Novo, uma alternativa democrática, diferente das outras democracias europeias, e sem passar pelo Marxismo. Apresenta uma terceira via na organização política, económica e social para a nação.

Na época, a política do Estado Novo passava pela exaltação da história épica do passado, com o recurso a heróis há muito desaparecidos. E um culto do líder que se apresentava humilde e sempre vigilante. Salazar pensava o país como rural, de brandos costumes, em que as habilitações e a educação estavam reservadas apenas a uma pequena elite do país, não sendo visto como necessária para o povo.

Sérgio queria um país desenvolvido, queria pessoas com habilitações, com espírito aberto, com educação e cultura. Sérgio encarava o cooperativismo quase como uma religião, até com algum fanatismo, porque esse caminho permitia uma liberdade, uma igualdade e uma solidariedade entre homens, nunca vista no tempo histórico, perspectivava-o como uma forma de terminar a exploração do homem pelo homem. Considerava o cooperativismo sóbrio, sem exibicionismo, compreensivo e simples. Um sítio onde há espaço para todos, independentemente do credo, um sítio onde há tolerância e respeito pela liberdade individual e sem falsos cultos de chefias.

O cooperativismo é encarado como uma forma organizativa, política, que com o tempo tende a substituir o Estado em todas as suas funções. Seria um novo tipo de Estado em que o poder estaria nas mãos das federações cooperativas. Posto de este modo, o cooperativismo é aqui apresentado como uma forma de socialismo democrático, em que é possível a verdadeira democracia: a participativa.

3.3 - TENTATIVAS DE UNIÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO

Devido às dificuldades de abastecimento sentidas, sobretudo, pelas populações residentes nos grandes centros urbanos industriais entre 1937 e 1947, o Estado tolerou as cooperativas de consumo de forma a ultrapassar situações de adulteração e

açambarcamento de bens essenciais sujeitos a racionamento. Apesar de todo o conjunto de limites impostos, pelo Estado Novo, ao movimento cooperativo, ele manteve-se, meio adormecido, meio fechado sobre si próprio, funcionando as cooperativas de consumo desde que assumissem a seu carácter comercial e deixassem de lado o ideal associativista.

3.3.1 – O CONSELHO CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE LISBOA E ARREDORES JOSÉ DE SOUSA E A LUTA PELA HEGEMONIA

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o regime dá alguns sinais de abertura, tolerando a criação de alguns movimentos políticos, como a Movimento de Unidade Democrática e uma tentativa de reactivação do antigo Partido Socialista Português. Contribuíram, também, para esta nova situação política, o regresso, após amnistia de um conjunto de presos políticos encerrados na prisão do Tarrafal. Afirma Hipólito dos Santos: “Em Janeiro de 1946, o PSP, sob a direcção de Alfredo Franco e de Ramada Curto, organizou uma Conferência com cerca de 300 militantes para actualização do seu Programa e reactivação do Partido, nomeadamente da Comissão Cooperativa e da Fraternidade Operária. Um dos temas discutidos na Conferência foi «Os socialistas e o desenvolvimento das cooperativas».” (Santos, 2009:56). A reactivação desta cooperativa, Fraternidade Operária Lisbonense, aconteceu em agosto de 1946.

É nesta época que José de Sousa, ex-dirigente comunista³⁰, que passou dez anos no Tarrafal, adere à Fraternidade Operária Lisbonense³¹, trazendo consigo alguns ex-comunistas. Diz-nos Hipólito dos Santos: “José de Sousa juntara a si, um grupo de algumas dezenas de ex-comunistas bastantes experientes, na maioria saídos das prisões do Tarrafal, de Peniche e de Angra do Heroísmo. Entre eles: Vasco de Carvalho e Velez Grilo, ex-Secretários-gerais do PCP, Cansado Gonçalves, Adolfo Casais Monteiro, Álvaro Duque da Fonseca, Virgílio Sousa, Jaime Tiago, Togo Batalha, Ariosto Mesquita, e muitos outros que queriam manter o seu empenhamento democrático de oposição ao regime. Era um grupo numeroso que seguia José de Sousa, reconhecido como um dirigente de grande capacidade organizativa e de ideias claras, nomeadamente em termos de estratégia de intervenção. Seguiram-no na frustrada tentativa de construir

³⁰ Foi expulso do Partido Comunista Português durante a sua detenção na prisão do Tarrafal, por criticar o pacto germânico-soviético sobre a divisão da Polónia.

³¹ Já anteriormente tinha tentado aderir ao Partido Socialista Português, sendo também membro da cooperativa Caixa Económica Operária.

um Partido Socialista que pudesse aparecer como uma alternativa socialista democrática ao Partido Comunista. Acompanharam-no igualmente na adesão às actividades cooperativas, através da Fraternidade Operária, como instrumento de formação de quadros. Essa adesão, porém, não deixou de criar algum temor nos dirigentes socialistas daquela cooperativa.” (Santos, 2009:60).

Aqui, na Fraternidade Operária Lisbonense, além dos habituais serviços de consumo, assegurava-se, também, um serviço de consultas médicas, apoio jurídico, existia uma biblioteca, procurava-se a divulgação do ideal cooperativo, assegurando a formação de pessoas, com palestras em que pontuavam pessoas como António Sérgio, Natália Correia ou Ramada Curto. No entanto, segundo Hipólito dos Santos, eram visitados com alguma frequência pela PIDE, afirmando:

“Vale a pena referir a forma como o agente terminava o seu relatório de 26 de Maio de 1948: «Conclusões policiais a que cheguei:

1ª – A Fraternidade é uma agremiação camuflada cuja finalidade verdadeira é agrupar os indivíduos que não estão de acordo com a política do actual governo.

2ª – Que as diversas facções políticas não estão tão em desacordo como pretendem demonstrar nos panfletos clandestinos que distribuem.

3ª – Bem estranho parece que numa “fraternidade operária” existem elementos do sector intelectual como dirigentes e bem assim uma grande percentagem de indivíduos do mesmo sector como associados»” (Santos, 2009:61-62).

Foi nesta cooperativa que António Sérgio e José de Sousa se conheceram, surgindo uma amizade e ligação que durou até ao fim da vida. Finalmente surgia alguém capaz de pôr em prática os ideais cooperativos defendidos por António Sérgio. Enquanto dirigente cooperativista, José de Sousa constatou uma competição entre cooperativas próximas em apresentar novas instalações, com novas secções comerciais, na exibição de melhores retornos. Constatou, também, que a maioria das cooperativas estava dependente do protagonismo dos seus dirigentes, baseando o seu funcionamento na boa vontade de alguns associados, não existindo um sistema de gestão digno desse nome, em suma, um completo amadorismo. Havia também medo, afirma Hipólito dos Santos: “Era visível, também, o clima de medo instalado, partindo-se do princípio que a actividade cooperativa era considerada como «contrária ao regime político do país». Por

vezes, associados e outros activistas eram presos, mas quase sempre por razões que não tinham a ver com o cooperativismo.” (Santos, 2009:64).

Estas dificuldades são tema de conversa e preocupação entre Sérgio e Sousa. Procurando fazer um melhor trabalho cooperativo, estabelecem um plano de acção que, segundo Hipólito dos Santos, visava o seguinte:

“Esse plano de acção passava pela criação de uma comissão capaz de dinamizar:

- encontros de dirigentes e quadros cooperativos para troca de experiências, e interajuda nomeadamente a nível técnico (organização das secções, da contabilidade, das compras) e de visitas;
- exposições e pedidos de audiência às autoridades para resolver problemas comuns que se arrastavam.;
- organização de compras comuns, a todas ou a algumas cooperativas, de um certo número de produtos, subindo na escala dos intermediários fornecedores até ao próprio produtor, obtendo preços muito mais baratos;
- lançamento dum boletim interno que ligasse as cooperativas, sobretudo as de consumo, com notícias do que uma e outra iam fazendo, mas também do que se passava de interesse noutros países;
- propaganda cooperativa a nível da imprensa e rádio, divulgando informação sobre a importância do cooperativismo na vida nacional;
- preparação de estudos e propostas de desenvolvimento e planificação cooperativa.

O plano de acção visava essencialmente criar condições para mudar a mentalidade de dirigentes e militantes, levando-os a cooperar entre si.” (Santos, 2009:65).

Após diversas reuniões com vários dirigentes cooperativos³², em que se definiram os princípios de uma futura estrutura cooperativa³³, fica José de Sousa encarregado de organizar uma reunião alargada, em que participaram dirigentes de cinquenta cooperativas. Teve como resultado a criação, a 12 de janeiro de 1947, do Conselho

³² Aproveitando um ciclo de conferências sobre cooperativismo incluído nas comemorações do 70º aniversário da cooperativa Caixa Económica Operária, para as quais foram convidados, como era hábito, dirigentes de outras cooperativas.

³³ Hipólito dos Santos informa-nos que esta estrutura devia ser assente sobre três princípios: espírito democrático, com respeito pelas opiniões divergentes e as decisões tomadas pela maioria; maior importância, nesta fase, da experiência do que dos sistemas, por forma a ensaiar os primeiros passos de uma forma segura; apoliticismo, de maneira a evitar qualquer espécie de política partidária. (Santos, 2009:66-67).

Central das Cooperativas de Lisboa e Arredores, e foi nomeada uma comissão para o desenvolvimento deste novo organismo cooperativo³⁴, cujo primeiro secretário executivo foi José de Sousa. Dispondo de meios parcos, Sousa consegue apresentar trabalho. Afirma Hipólito de Sousa: “Mesmo sem dinheiro, apenas com uma contribuição inicial, relativamente grande, da FOL, e o pagamento de algumas quotizações por parte da CEO, da Fundação Atlantic e de duas ou três cooperativas mais, José de Sousa iniciou um trabalho de fundo. Estabeleceu contacto directo com várias cooperativas e discutiu dificuldades existentes e como isso podia ser melhorado em conjunto com outras cooperativas e quais. Por exemplo, em Junho consegui reunir várias cooperativas, que tinham padarias (fabrico de pão) com graves problemas de acesso à farinha racionada, sendo elaborada uma exposição ao Ministro da Economia que prometeu interessar-se por uma solução.” (Santos, 2009:69). Conseguiu-se, também, lançar o *Boletim Informativo para as Cooperativas* em que eram apresentados textos sobre cooperativismo em geral, debates sobre o tema e notícias sobre a situação difícil que se vivia na Europa do pós-guerra e sobre o papel das cooperativas na resolução desses problemas.

O Conselho Central das Cooperativas de Lisboa e Arredores teve o condão de abanar a estrutura, até aí adormecida, cooperativista: passou-se a circular, aconteceram reuniões, foi criado um grupo para apoiar as cooperativas nas questões contabilísticas e na uniformização de métodos de trabalho administrativos. Ao mesmo tempo tentou-se a divulgação do ideal cooperativo junto da imprensa nacional e regional. Foi também possível divulgar o cooperativismo através de palestras realizadas em diversas estações de rádio. Afirma Hipólito dos Santos: “Em relação ao que seria espectável, o esforço de propaganda foi bastante bem sucedido: duas rádios locais de Lisboa (Clube Radiofónico de Portugal e Rádio Peninsular) assim como a Rádio Renascença a nível nacional transmitiram palestras proferidas por António Sérgio e várias pessoas, como Vieira da Luz, intelectual católico que falou sobre a importância do «Cooperativismo como factor de uma ordem económica e social, justa e sã»; Jacobetty Rosa que abordou o Cooperativismo Agrícola; Edmundo Rocha e Costa, Artur de Sousa Oliveira e António Maria Godinho. Estas colaborações foram, assim, asseguradas por pessoas de todos os sectores ideológicos.” (Santos, 2009:72). Foi possível estabelecer contactos com

³⁴ Esta Comissão era constituída por cinco membros: dois da área comunista, dois da área socialista e um independente. Era uma forma de tentar um equilíbrio de forças e evitar o domínio de uma das facções.

cooperativas de França, da Bélgica e de Espanha e até com a Aliança Cooperativa Internacional.

Utilizando o autor de referência para esta parte do trabalho, José Hipólito dos Santos, este desenvolvimento cooperativo só foi possível devido aos esforços e bom entendimento entre António Sérgio, um homem da área socialista, e José de Sousa, ex-comunista³⁵. O protagonismo de José de Sousa não foi bem aceite pelo Partido Comunista Português que tudo fez para tentar bloquear o Conselho Central das Cooperativas de Lisboa e Arredores, utilizando, para esse efeito, elementos da Cooperativa Piedense³⁶, que lançavam a confusão nas reuniões e tentavam o descrédito de José de Sousa, assim como de elementos conotados com o Partido Socialista Português, terminando o Conselho Central das Cooperativas de Lisboa e Arredores por suspender a actividade em meados de 1949.

Não terá sido apenas a luta interna pelo domínio político do movimento que ditou o fim desta estrutura cooperativa; também o Estado Novo, após um período de abertura, apertou a malha, impedindo as acções e iniciativas oposicionistas, sendo esta a principal causa de mais um falhanço. Afirma Schwarz da Silva: “embora a conjuntura económica e política se mostrasse então mais favorável ao desenvolvimento do sector cooperativo de consumo e as cooperativas tivessem vindo, na realidade, a expandir a sua actividade empresarial (se bem que em muitos casos graças ao pagamento de elevados retornos aos sócios), o facto é que o confronto entre facções no seio da oposição ao «Estado Novo» penetrava a sério dentro do movimento cooperativista e impedia que tivessem sucesso as iniciativas de unir e de federar as cooperativas de base ou, mais simplesmente, que resultassem positivamente os ensaios de criação de Centrais de Compras, isto para, não falar na materialização do velho sonho da fundação do Armazém Cooperativo Abastecedor.” (Silva, 1994:270).

3.3.2 - O BOLETIM COOPERATIVISTA

³⁵ Hipólito dos Santos referiu que José de Sousa sempre se manteve fiel aos seus princípios, sempre foi comunista, mas via no cooperativismo um movimento com futuro; com as dificuldades impostas pelos seus ex-camaradas, passou a dedicar-se quase exclusivamente à Caixa Económica Operária, uma cooperativa de conferentes marítimos. (Entrevista com José Hipólito dos Santos, Oeiras, 20-07-2012).

³⁶ Hipólito dos Santos referiu que na época era a maior cooperativa de consumo do país sendo dirigida por comunistas e inspirada no modelo soviético. (Entrevista com José Hipólito dos Santos, Oeiras, 20-07-2012).

Com o fim do Conselho Central das Cooperativas de Lisboa e Arredores, todo o esforço de divulgação e união cooperativa corre o risco de se perder totalmente, o Partido Comunista aumenta a sua influência junto das principais cooperativas, os socialistas estão de costas voltadas devido a acusações de infiltração policial. António Sérgio retirou-se, para já, deste movimento e José de Sousa afastou-se do seu papel de orientador e dinamizador do movimento, preferindo dedicar o seu tempo livre à cooperativa Caixa Económica Operária.

No entanto António Sérgio, apoiando-se num conjunto de jovens universitários³⁷, de influência católica, seus antigos explicandos, lança o *Boletim Cooperativista*. Afirmo Hipólito dos Santos: “António Sérgio, através de Henrique de Barros, cunhado de Marcelo Caetano, conseguiu que este aceitasse a publicação do *Boletim Cooperativista* «para tratar de questões exclusivamente cooperativistas», sem ir à censura. A equipa de redacção era de jovens católicos e Sérgio devia assumir a Direcção, o que manteve sempre formalmente, como coordenador.” (Santos, 2009:86).

O primeiro número saiu em fevereiro de 1951; nele António Sérgio indica o objectivo deste periódico:

“Destina-se este Boletim a ser um instrumento de convivência, uma espécie de intermediário entre alguns adeptos de cooperativismo que estão decididos a trabalhar para que ele difunda em Portugal.

O nosso objectivo é trocar ideias entre nós, e cooperar pela consecução dos seguintes objectivos:

1. Criar no país uma verdadeira consciência cooperativista, que encare o cooperativismo integral como um fim no domínio da economia, isto é, no da produção e distribuição da

³⁷ José Hipólito dos Santos referiu que este grupo, os explicandos, consideravam-se a si mesmo como de esquerda, próximos do P.C.P., questionando-se sobre como vivia a classe operária. Sérgio, provocando-os, dizia que sobre isso não sabiam nada; só o que vinha nos livros de Marx e de Engels, ou seja uma perspectiva da vida operária da Alemanha e de Inglaterra. Sobre Portugal, Sérgio incitava-os a conhecer essa vida que lhes provocava curiosidade, não numa perspectiva de ensinar, mas, sobretudo, numa lógica de aprender com os operários, sem dúvida uma lógica nova e diferente. Alguns destes jovens eram também católicos que aspiravam a uma vida comunitária digna e justa. Eram católicos desalinados com a religião oficial, porque esta alinhava com o regime. Segundo Hipólito, seguiam a inspiração francesa liderada pelo *Liberation*. E entre eles, estava Fernando Ferreira da Costa. (Entrevista com José Hipólito dos Santos, Oeiras; 20-07-2012).

riqueza, repelindo qualquer intuito de fazer das cooperativas instrumentos de seitas e facções de qualquer espécie, as quais, a quererem intervir no desenvolvimento do cooperativismo, o deveriam fazer considerando-se instrumentos do cooperativismo, e não as cooperativas como instrumentos de quaisquer seitas;

2. Trabalhar pela criação de novas cooperativas, sobretudo de consumo e cooperativas agrícolas e pecuárias de transacções em comum e de transformação de produtos em comum;

3. Esforçar-se para que um pequeno número de cooperativas, decididas a manter-se libertas de qualquer sectarismo, se federem desde já, com o intuito de virem a constituir o núcleo de uma futura Federação Nacional das Cooperativas de Consumo, com o seu Armazém Central, destinado a compras directas aos produtores para todas elas;

4. Elaborar um projecto de Código Português do Cooperativismo, a apresentar ao poder legislativo;

5. Elaborar um projecto de estatuto de uma Caixa de Crédito Cooperativo, destinada a auxiliar financeiramente as cooperativas e também (enquanto não se cria uma Junta de Auxílio ao Cooperativismo) a esclarecer, incitar e auxiliar os concidadãos na obra de criar e federar cooperativas;

A todos os leitores deste Boletim que se interessem por esta obra, o estejam dispostos a colaborar nela, pedimos que nos enviem o seu nome e morada". (*Boletim Cooperativista*, nº1).

No número 2, indica os principais motivos de fracasso do cooperativismo:

“Segundo os trabalhos de Cochran e R.M.Elswarth, começados em 1914 e terminados em 1923, os motivos de fracasso das cooperativas na América do Norte, entre 1875 e 1939, foram principalmente:

1. Direcção deficiente;
2. Insuficiente volume de negócios;
3. Dificuldade de transporte;
4. Actuação insuficiente dos associados;
5. Falta de interesse por parte dos associados;
6. Falta de capital;
7. Despesas gerais excessivas;
8. Desconhecimento dos associados;
9. Falta de cotizações;

10. Vendas a crédito não pagas.” (*Boletim Cooperativista*, nº2).

No número 3, António Sérgio disserta sobre o que entende por crítica em cooperativismo, afirmando:

“A crítica, na vida política, é sempre exercida sistematicamente, preconcebida, por paixão sectária, a tudo o que se faz no partido oposto, em todas as circunstâncias, em todos os casos, tendo por objectivo, não propriamente remediar as coisas, mas sim desconceituar o partido adverso, difamar os seus homens, privá-los do uso do poder político, substituí-los a eles na governação do Estado e os que tomaram o hábito da crítica política tendem a levá-la para o cooperativismo, acompanhado de retórica emocional transbordante e das manobras usuais nas assembleias políticas. (...) Se a crítica, na vida política, é sempre oposicionista, a crítica no cooperativismo deve ser sempre de cooperação.

O cooperador que encontrar defeitos no governo dos negócios cooperativos não deve atacar os que as governam (a não ser em casos de fraude ou de crime, claro está), mas sim oferecer-se imediatamente para colaborar ele próprio de maneira activa na correcção dos defeitos que encontrou.

O criticar, em cooperativismo, deve sempre coincidir como auxiliar, efectuando-se sempre essa crítica – auxílio em pura atitude de fraternidade: com calma; com bom humor; com sorriso. Em cooperativismo, a crítica que se não traduzir por um oferecimento imediato de prestar auxílio, de ajudar cordialmente, de colaborar com amizade, não traz o carácter de cooperativismo, não, mas o carácter oposicionista de sectarismo político. (*Boletim Cooperativista*, nº3).

Como se vê, António Sérgio não desistiu da ideia da criação de um organismo federativo que organize e represente o movimento cooperativo, indicando, também, a quem não se destina o cooperativismo. Utilizando um estudo sobre cooperativismo americano, indica quais são os principais motivos que levam ao fracasso do cooperativismo, e finalmente, identifica os motivos que levaram ao falhanço da anterior estrutura cooperativa, dando a entender que o movimento só pode ser forte se os seus integrantes forem capazes de ultrapassar as suas diferenças políticas.

Apesar de ser coordenado por António Sérgio, nenhum dos outros colaboradores tinha ligações ao mundo cooperativo. Foi quase como começar de novo: este projecto pôs de

lado os vícios da anterior estrutura, assim como a desconfiança e sectarismo provocado pelos desentendimentos sobre as atitudes políticas dos seus integrantes e tentativas de domínio do movimento. No início, provocou desconfiança no meio cooperativo, agora liderado por elementos com fortes ligações ao P.C.P.. Afirma Hipólito dos Santos: “Em Lisboa, o grupo, que na fase final controlou o Conselho Central das Cooperativas de Lisboa e Arredores (CCCLA), começou por olhar com a maior desconfiança para mais esta iniciativa de António Sérgio. Contudo, os meses passaram, o Boletim continuou a sair e não havia sinais de qualquer ligação ao grupo da Fraternidade Operária, nem tão pouco a José de Sousa.” (Santos, 2009:88).

No início, o *Boletim Cooperativista* começou por ser distribuído às cooperativas da zona do Porto³⁸, só algum tempo depois chegou a Lisboa, tendo para isso contribuído as boas relações que António Sérgio, ainda, mantinha com dirigentes de várias cooperativas. Nesse sentido e após a publicação no nº 7, em que se tenta por em prática o que Sérgio defendeu no número 1³⁹, com o impulso de alguns dos seus jovens colaboradores, foi possível criar, em finais de 1951, a Junta de Compras do Norte, o primeiro passo para uma nova tentativa de federalização cooperativa nacional. Mais

³⁸ Zona de menor implantação comunista.

³⁹ Versa assim parte do texto do *Boletim Cooperativista* nº7: “As cooperativas portuguesas reconhecendo que não devem estar alheias umas às outras, por serem participantes de um alto ideal comum, declaram-se dispostas a estreitar as relações entre si, pondo de parte qualquer espírito de seita ou facção.

Entendem que as boas relações entre as Cooperativas são uma inerência imediata do espírito cooperativo, e que não estreitar esse abraço fraterno é contraditório com os postulados de partida.

Por outro lado reconhecem que da boa união podem surgir, no plano das Cooperativas associadas, benefícios idênticos aos que auferem os indivíduos associados em cooperativas; a cooperação de Cooperativas é tão lógica e necessária como a cooperação entre indivíduos.

Reconhecem ainda que no sistema lucrativista as associações comerciais tendem a dividir-se entre si emuladas pela concorrência. E, se é certo que as empresas lucrativistas têm sobre as Cooperativas o ascendente que lhe confere posse de amplos capitais, as Cooperativas não tendo entre si o perigo da divisão emula, tendendo a unir-se, podem superar a fragilidade resultante das suas dificuldades pecuniárias.

Finalmente entendendo que a marcha para uma cooperação efectiva deve ser caminhar no terreno das sólidas realidades, reconhecem que esse caminhar deve ser feito por fases, ditadas pela força que lhe conferir a própria união.

Por isso assentam-se como pontos de acordo, e ideal próxima a realizar os seguintes:

1. Que as cooperativas, libertas de qualquer sectarismo, dispostas a cooperar iniciem os estudos para a criação de federações locais e restritas que manterão todavia ligações entre si (com o objectivo de virem a constituir uma Federação Nacional);
2. Estudem as possibilidades de criação de uma Caixa de Crédito Cooperativo;
3. Estudem a possibilidade de criação de uma Junta de Fomento Cooperativo;
4. Estudem e elaborem um Código Português de Cooperativismo a apresentar ao poder legislativo.” (*Boletim Cooperativista*, nº7).

tarde, em junho de 1952, é constituída a Junta de Compras de Lisboa, mas ainda assim a questão não era pacífica. Afirma Hipólito dos Santos: “Em Junho desse ano, com forte empenhamento de João Sá da Costa, foi possível constituir a Junta de Compras de Lisboa. Contudo, apenas cinco cooperativas a integraram, três das quais tinham jogado um papel preponderante na obstrução da CCCLA.” (Santos, 2009:89). No entanto, as reuniões entre os jovens do *Boletim Cooperativista* e dirigentes cooperativistas aconteceram com frequência durante o ano de 1952. Disso nos dá conta Hipólito dos Santos: “Ao longo de 1952 fizeram-se reuniões intercooperativas com alguma frequência, tanto em Lisboa como no Porto, e constituíram-se comissões para estudar questões concretas, como compra de batatas, sacaria comum, produtos de marca COOP, e também para preparar regulamentos de funcionamento de uma Junta de Compras.” (Santos, 2009:90).

No período compreendido entre junho de 1952 e outubro de 1954 o *Boletim Cooperativista* não foi publicado, Hipólito dos Santos sustenta, numa nota de rodapé, que as causas foram económicas⁴⁰. No entanto João Salazar Leite, baseado num texto do *Boletim Cooperativista* nº11 afirma: “A razão para o afastamento de Sérgio da escrita pode também ser esta, citando o Boletim nº11: «As cooperativas devem passar a dirigir o seu Boletim. O Dr. António Sérgio e todos quantos com ele colaboram, vêm mais uma vez afirmar que não têm a pretensão de ditar orientações ou procurar dirigir o movimento cooperativo. Alvitra-se, pelo contrário, que as Cooperativas devem reunir-se e eleger uma Comissão para orientar o boletim. Assim, esperemos que, em breve, este órgão de unidade cooperativa passe para as mãos das próprias cooperativas» O que se terá passado” (Leite, 2012:5). Podemo-nos sempre interrogar se terão sido as dificuldades económicas ou outras dificuldades?

Reaparecendo em outubro de 1954, com o nº 13, agora publicado por iniciativa da Junta de Compras de Lisboa, o nome de António Sérgio continua a surgir como coordenador, mas já pouca intervenção tem na publicação. Neste número anuncia-se uma nova fase no cooperativismo nacional, que passa por um projecto de criação do Armazém Abastecedor das Cooperativas, que constitui o primeiro passo na criação da UNICOOPE. Hipólito dos Santos dá conta do intenso trabalho realizado nos dois anos

⁴⁰ Relata Hipólito dos Santos: “O Boletim Cooperativista esteve parado de 1952 a 1954 porque não havia dinheiro para pagar as despesas – tipografia e outras, segundo declarou Lúcia Nobre, ao autor, em 4.1.2006” (Santos, 2009:91).

de interregno, afirmando: “Entretanto, neste intervalo de dois anos foram realizadas visitas intercooperativas, tanto a nível de Lisboa e arredores como a nível do Porto, mas também entre cooperativas do Norte e do Sul, provocando grande satisfação entre dirigentes e associados envolvidos.” (Santos, 2009:92).

Neste periódico, foi possível publicar artigos de opinião e divulgação cooperativa, fazendo relatos de visitas a cooperativas e demonstrar o seu bom funcionamento. Foi possível publicar um conjunto de informações úteis sobre a resolução prática de problemas que afectavam o dia a dia cooperativo. Existia sempre uma coluna dedicada a informação internacional, sendo possível encontrar exemplos sobre o que de melhor se fazia no cooperativismo internacional.

Nesta fase, apesar da desconfiança inicial, este periódico promoveu uma importante divulgação do ideal cooperativo, permitindo que as cooperativas tomassem consciência das suas forças e das suas fraquezas, do seu poder e das suas limitações. Passou a existir um meio de comunicação intercooperativo, daqui saíram ideias para melhorar o sector. No entanto, nesta época, em que a luta política pela hegemonia não deixou de estar presente, o cooperativismo nacional começou a deixar de ser um meio de defesa dos operários, tal como tinha sido pensado na sua origem, passando a ser dominado e, sobretudo, dirigido por um conjunto de pessoas com um elevado nível de escolaridade, tendo por utentes quase todos os estratos da sociedade portuguesa, tentando, sempre que possível, evitar questões políticas que provocassem desconfiança nas forças policiais e a consequente repressão.

BOLETIM COOPERATIVISTA



REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:
Rua de Cruzília, 1 - Telef. 89 58 69 - Lisboa-3

COORDENADO POR
ANTÓNIO SÉRGIO

N.º 134 / DEZEMBRO / 1964
Publicação mensal - Distribuição gratuita

**O «BOLETIM COOPERATIVISTA» saúda a UNICOOPE
pelo seu 9.º aniversário;
saúda os seus esforçados dirigentes e as Cooperativas Associadas;
declara a sua confiança no futuro da UNICOOPE**

PARA os cooperadores portugueses o dia de 19 de Dezembro será sempre uma data comemorativa, porque foi naquele dia do ano de 1955 que se fundou a União Cooperativa Abastecedora -- UNICOOPE.

A UNICOOPE nasceu pela decisão de imprimir o natural progresso do movimento cooperativo de consumo português, levando-o a subir o degrau do escalão imediato e por imposição das condições em que se processa modernamente o comércio dos géneros de mercadoria, por consequência com o objectivo de libertar as Cooperativas de Consumo da exploração do Comércio armazenista, em cuja dependência viviam -- e vivem ainda para seu mal, o que as impede de servir melhor, sob múltiplos aspectos, os seus associados.

Esta finalidade, de enorme alcance para o povo consumidor, não foi ainda conseguida. Diremos mesmo que se afigura longe de o ser, enquanto persistirem as hesitações e a carência de visão que, de modo algum, cons-

tituem motivos de satisfação para os cooperadores portugueses.

Com efeito, o Relatório da Gerência da UNICOOPE, referente ao ano de 1963, mostra, com atroz evidência, terem as Cooperativas adquirido, no ano de 1962, apenas 9,4 % do total das suas compras, o que significa que, em média, as mesmas sociedades encomendaram ao comércio armazenista cerca de 90 % do seu consumo.

A que se deve esta situação? Porque não se abastecem as Cooperativas de Consumo em maior proporção do seu Armazém -- a UNICOOPE?

Os motivos apresentados são quase sempre inconsistentes à luz dos interesses do futuro da Cooperação, o que o mesmo é dizer, dos interesses dos consumidores associados. Os pretextos mais sérios erguidos pelas Cooperativas são os seguintes:

— Estão dependentes do crédito que lhes concedem os armazenistas.

— As Cooperativas de maior poder de compra adquirem alguns artigos noutras fornecedores a preços infe-

riores aos que lhes são dados pela UNICOOPE.

-- São obrigados a comprar aos armazenistas monopolizadores do bacalhau e outros artigos de consumo.

Se nos queresmos fazer caso de acusações difíceis de comprovar, parece-nos, no entanto, dever citar que há a impressão de falta de vigilância, por parte das Direcções de algumas Sociedades, sobre os verdadeiros motivos que canalizam as compras para fora da organização cooperativa.

Se, na verdade, o problema do crédito armazenista pode ser para algumas Cooperativas difícil de resolver, não o é para todas, pois para muita só deveria ter um carácter transitório e ser, por isso, solucionado num prazo curto. De resto, a UNICOOPE pôde-se resolver esta dificuldade através do crédito bancário.

É verdade também que os consumidores estão agarrados a hábitos que os levam a colaborar, num grado se no monopólio do bacalhau. Falam

cont.

Um voto de confiança na UNICOOPE (Fonte: Boletim Cooperativista, nº134, dezembro de 1964)

3.3.3 - A UNICOOPE

Finalmente e com grande esforço por parte do *Boletim Cooperativista*, consegue-se, a 19 de dezembro de 1955, a adesão de dez cooperativas, constituindo-se a União Cooperativa Abastecedora, vulgarmente designada por UNICOOPE. Afirma Schwarz da Silva: “Nesta nova organização cooperativa de grau superior integraram-se de imediato as duas Juntas Regionais, com a diferença de a do Norte ter mantido as suas características de independência, ao passo que a de Lisboa nela se fundiu por completo.” (Silva, 1994:272). Por sua vez, Hipólito dos Santos descreve assim a fragilidade da nova organização: “O grupo fundador era demasiado frágil para poder perspectivar um futuro desanuviado – Cooperativa Piedense, Caixa Económica Operária, Segunda Comuna, Fraternidade Operária Ajudense, Aliança Operária, que foram eleitas para a Direcção; Mealheiro dos Conferentes Marítimos, Economia Emancipadora e Beato e Poço do Bispo, eleitas para o conselho fiscal; e Esperança no Futuro e Popular de Portugal para a mesa da Assembleia – Geral. Com efeito, só quatro delas tinham um significativo volume de compras, enquanto nas restantes ou ele era muito reduzido e irregular ou nem sequer tinham actividades de consumo. A presença da Popular de Portugal era meramente simbólica, um contributo para tornar possível a criação formal da UNICOOPE.” (Santos, 2009:93). Este autor relewa ainda o papel desempenhado por José de Sousa, enquanto dirigente da cooperativa Mealheiro dos Conferentes Marítimos, nas reuniões preparatórias para a criação da nova estrutura, sendo decisiva a sua intervenção para ultrapassar o cepticismo de alguns dirigentes.

Sendo esta uma antiga aspiração cooperativista, já tentada durante a primeira República, aconteceram diversas reuniões preparatórias, Disso nos dá conta o *Boletim Cooperativista* nº19:

“Em dois domingos, os dias 10 e 17, de Abril, realizaram-se duas reuniões das cooperativas de Lisboa e arredores, a primeira na sede da «Piedense» e a segunda na «Popular de Portugal», cujas salas foram cedidas, gentilmente.

Nas duas reuniões estiveram presentes as cooperativas: Mina de S.Domingos, Seixalense, Fraternidade Operária de Lisboa, dos Empregados do Montepio Geral, do Beato e Poço do Bispo, Piedense, Popular de Portugal, Segunda Comuna, Sacavenense, Popular Barreirense, de Alhos Vedros, dos Trabalhadores de Portugal, Aliança Operária, Economia Emancipadora, Amorense, Operária Barreirense, A Padaria do

Povo, Caixa Económica Operária e a Ajudense. (...) Os assuntos tratados foram muito importantes, tendo-se, sempre, chegado a conclusões concretas: Focou-se principalmente os impostos exigidos às cooperativas; inauguração do Armazém Abastecedor de Cooperativas e expansão do Boletim Cooperativista. Quanto ao Armazém Abastecedor de Cooperativas é indispensável, como se reconheceu, que as cooperativas aderentes elaborem, urgentemente, as suas actas das Assembleias Gerais, a fim de as mesmas serem exibidas no respectivo notário onde se firmará o contracto para a abertura do armazém.” (*Boletim Cooperativista*, nº19).

Pretendia-se que a criação da UNICOOPE abrangesse o máximo possível de cooperadores; por isso o nº 21, de julho de 1955, relata-nos, sob o título entusiasmo – coesão – unidade, a visita de um grupo de representantes das cooperativas de Lisboa faz às suas congéneres do Porto, afirmando: “Simplesmente admirável a deslocação que alguns dirigentes de cooperativas, da Junta de Compras e do *Boletim Cooperativista* fizeram ao Porto e arredores em visita à capital do Norte. (...) O plano das visitas foi fielmente cumprido. Iniciado com a visita à Cooperativa Trabalhadores de Portugal⁴¹, muitas outras se lhe seguiram, terminando na Cooperativa dos Pedreiros Portuenses, encerrando-se aí, com chave de ouro, a série de visitas.(...) Esta visita ao Norte foi o início da aproximação precisa para entrar em estudos para a criação de uma estrutura cooperativista que corresponda às necessidades prementes do consumidor numa acção conjunta a não desmentir a cooperação e sempre na defesa dos consumidores.” (*Boletim Cooperativista*, nº21).

Entretanto com a formação da UNICOOPE, a propriedade e a direcção do *Boletim Cooperativista* passam para o controlo desta nova estrutura. Afirma Hipólito dos Santos: “O «Comité Director» da UNICOOPE, «legitimado» pelas cooperativas que o elegeram, rapidamente se esqueceu da procura de soluções concretas para os problemas que afectavam as cooperativas, empenhando-se prioritariamente em assumir a direcção do Boletim Cooperativista e da orientação e propaganda do movimento operário. Como se verá, nos anos subsequentes, nunca se permitiu a discussão de orientações, métodos,

⁴¹ Cujos representantes tinham marcado presença nas reuniões realizadas na zona de Lisboa durante o mês de Abril de 1955.

estratégias, porque «não havia tempo a perder e os dirigentes das cooperativas não gostam de se envolver em discussões inúteis»⁴² (Santos, 2009:93).

Tal como tinha acontecido com Conselho Central das Cooperativas de Lisboa e Arredores, também aqui havia quem considerasse a UNICOOPE como a possível futura federação de cooperativas, que, para além de congregar e representar todo o conjunto de cooperativas de consumo nacionais, permitisse, de algum modo, contribuir para o fim do regime; o que constitui mais uma tentativa de politizar o movimento. Outros cooperadores havia, na esteira dos ensinamentos de António Sérgio, que entendiam que este organismo devia ter apenas funções técnicas, abastecedoras e de propaganda cooperativista, para ultrapassar o impasse e evitar mais um falhanço. Realizou-se, em julho de 1956, um congresso cooperativista⁴³. Afirma Schwarz da Silva: “Não foi, contudo, ainda desta vez que ficaram definitivamente sanadas as divergências entre os cooperativistas, nem foram ultrapassadas as hesitações de muitos dirigentes, tendo por isso sido reconhecido o interesse da convocação de um congresso nacional das cooperativas de consumo. Para afastar o risco de proibição governamental, foi ele prudentemente baptizado de Reunião Magna” (Silva, 1994:272). No final foi aprovada, por unanimidade, uma Declaração Comum, ficando a UNICOOPE, além das funções de carácter técnico e de armazém, com a responsabilidade de edição do *Boletim Cooperativista*, da divulgação do ideal cooperativo através da comissão de propaganda, e de ser a estrutura representativa, à escala nacional, do movimento cooperativo. Afirma Schwarz da Silva:

“Na prática, porém, quer a amplitude, quer a complexidade das funções empresariais da UNICOOPE relegaram, desde logo, as suas finalidades culturais e de doutrinação cooperativa para um segundo plano, a ponto de o próprio António Sérgio ter achado preferível reduzir a sua colaboração no *Boletim Cooperativista*.

⁴²Não sabemos o porquê deste controlo; posto desta maneira parece que existe falta de transparência no processo evolutivo da UNICOOPE. Sabemos, através do *Boletim Cooperativista* nº21, que Fernando Ferreira da Costa, um dos fundadores da publicação e activo defensor do movimento, se deslocou a Inglaterra entre 16 e 29 de julho de 1955, para frequentar um curso cooperativista no Cooperative College Stanford Hall, o que, até certo ponto, permite concluir que existia vontade em desenvolver, ou pelo menos conhecer melhor, as modernas técnicas cooperativas.

⁴³ Segundo Hipólito dos Santos foi possível a sua divulgação nos jornais da época, estando presentes cerca de duzentos delegados, representando 31 cooperativas (33 segundo Schwarz da Silva). Realizou-se nas instalações da cooperativa Almadense.

Iniciava-se, portanto, a partir de meados da década de 50, uma nova fase da história do cooperativismo urbano português em que o pragmatismo empresarial voltava a prevalecer sobre a utopia cooperativa mais radical.” (Silva, 1994:273).

Como forma de impedir qualquer tentativa de domínio, por parte de facções políticas, afirmava-se, mais uma vez, a regra da neutralidade política. Como forma de assegurar esta última regra foi criada uma Comissão de Vigilância.

Neste período não existiam pessoas com formação específica em cooperativismo para assumir todas as funções da UNICOOPE, existindo ainda o receio de uma nova politização da jovem estrutura, tenta-se evitar a participação de elementos conotados com a Fraternidade Operária Lisbonense/Ateneu Cooperativo⁴⁴. José Hipólito dos Santos, na época elemento destacado do Ateneu Cooperativo, apelida-a de Gabinete de Vigilância e relata assim o que sentiu na época: “A minha presença, e depois também com o Eugénio Mota, obrigara a um redobrar da «vigilância», com reacções frontais e impulsivas que punham a descoberto, perante nós, apesar da nossa ingenuidade, actos de prepotência e manipulação. Saíamos das reuniões com a sensação desagradável de que fora um pró-forma, que já houvera uma outra reunião, sem nós. Todas as nossas sugestões e propostas ficavam sem continuidade, por «esquecimento» ou por rejeição

⁴⁴A Fraternidade Operária Lisbonense era uma antiga cooperativa socialista que foi encerrada nos primeiros tempos do Estado Novo. Foi recuperada nos anos cinquenta por António Sérgio, que fez dela um Ateneu Cooperativo, um espaço de estudo e divulgação cooperativa. Nela pontuavam gente vinda dos comunistas, como José de Sousa, e anarquistas, como Emídio Santana. Segundo Hipólito dos Santos os seus elementos eram frequentemente solicitados para conferências e palestras em festas de cooperativas e prestavam também apoio em questões técnicas e doutrinárias.

Possuía também uma importante actividade editorial, sendo responsável por um conjunto de pequenas publicações sobre cooperativismo, onde alguns textos eram publicados em fascículos. Um dos seus elementos, João Dias Agudo, colaborou activamente, num concurso lançado pelo *Boletim Interno* da Sociedade Cooperativa Piedense, “Diga o que sabe sobre cooperativismo”.

A Fraternidade Operária Lisbonense chegou mesmo a fazer um contrato de publicidade com a CARRIS, para afixação do cartaz “Até os burros compreendem” em doze carros eléctricos durante um ano.

Possuía um órgão de divulgação interna, *Boletim Interno do Ateneu Cooperativo*, onde eram divulgadas notícias sobre o funcionamento do Ateneu Cooperativo e notícias sobre o cooperativismo em geral. Como exemplo, no nº 11, datado de maio de 1960, é referido que a recente adesão do país à Associação de Comércio Livre (EFTA), implicava novas normas de comércio e distribuição, assim como algumas regras de higiene, o que representava um alerta para as cooperativas. É relatado que o dia mundial da cooperação foi comemorado com um piquenique na zona de Almada, é dado ainda conta da continuação da publicação, em fascículos, do livro de António Sérgio “*Cooperativismo-objectivos e modalidades*”: no caso são os capítulos 5,6,7,8 e 9. A Fraternidade Operária Lisbonense não era uma cooperativa grande, segundo o texto, em 1959 possuíam 250 sócios efectivos e sete colectivos.

directa. A partir de certa altura, em que nos tornámos mais exigentes para impor o fim dos «esquecimentos», já era o tipógrafo (da gráfica onde trabalhava Rodrigues Graça⁴⁵) que cortava os nossos textos, por falta de espaço, diziam!” (Santos, 2009:141).

Esta tensão entre a UNICOOPE onde pontuavam elementos católicos, influenciados por António Sérgio, e comunistas que tinham bloqueado Conselho Central das Cooperativas de Lisboa e Arredores e a Fraternidade Operária Lisbonense/Ateneu Cooperativo constituído por ex-presos políticos de antiga orientação comunista e anarquista, onde a influência de António Sérgio estava também presente, não foi benéfica para o movimento cooperativo. Fez com que muitas cooperativas se abastecessem no outro comércio, não dando uma expressividade grande aos objectivos que nortearam a criação da UNICOOPE. Disso nos dá conta o *Boletim Cooperativista*, de dezembro de 1964: “o Relatório da Gerência da UNICOOPE, referente ao ano de 1963, mostra, com atroz evidência, terem as Cooperativas adquirido, no ano de 1962, apenas 9,4% do total das suas compras, o que significa que, em média, as mesmas sociedades encomendaram ao comércio armazenista cerca de 90% do seu consumo. A que se deve esta situação? Porque não se abastecem as Cooperativas de Consumo em maior proporção do seu armazém – a UNICOOPE?⁴⁶” (*Boletim Cooperativista*, nº134).

Hipólito dos Santos, sustenta que uma cooperação, efectiva, entre todos os grupos só foi possível no início da década de 60, após mais uma vaga de forte repressão policial provocada pela campanha de Humberto Delgado à Presidência da República e também pela desarticulação do Partido Comunista Português. Afirma este autor: “alguns casos de traição entre responsáveis do Partido Comunista Português levaram a prisões massivas de militantes desse partido e de muitos outros militantes não organizados, pertencentes a todos os meios socioculturais. Tudo isto lançou a perturbação e desmoralização em centenas de outros militantes e «compagnons», que evitavam envolver-se em quaisquer actividades que pudessem ser consideradas de carácter político.” (Santos, 2009:158). Após esta vaga de repressão e prisão⁴⁷, todo o movimento

⁴⁵ Um dos elementos da Comissão de Vigilância.

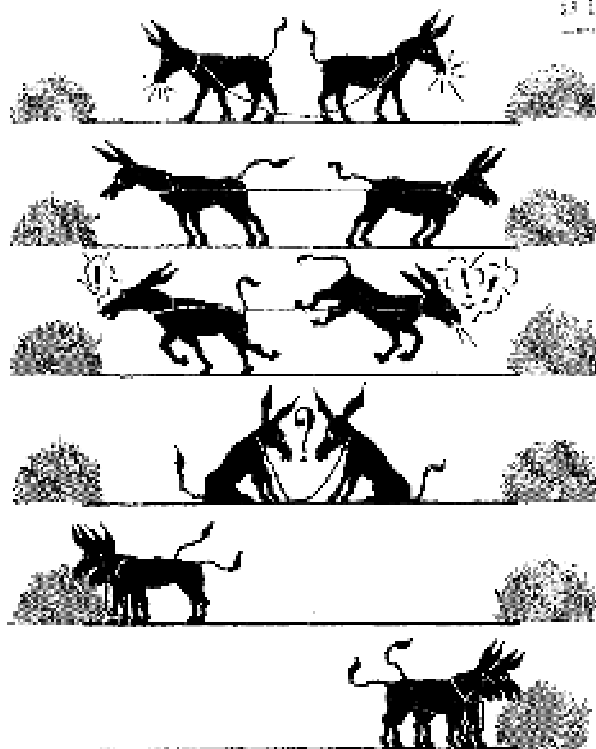
⁴⁶ Na conversa mantida com José Hipólito dos Santos, foi referido que a UNICOOPE nunca conseguiu ter um stock capaz de bacalhau, porque os armazenistas com o monopólio do comércio deste peixe só o forneciam se fossem adquiridos outros produtos de consumo. O mesmo se passava com todas as outras cooperativas: só tinham bacalhau se o comprassem fora da UNICOOPE. (Entrevista com José Hipólito dos Santos, Oeiras, 20-07-2012).

⁴⁷ O próprio José Hipólito dos Santos foi detido nesta época, tendo-se posteriormente exilado na Argélia e depois em França.

fica enfraquecido, sendo que alguns elementos da Fraternidade Operária/Ateneu Cooperativo vão tentar uma nova dinâmica na UNICOOPE.

Podemos considerar que é a partir da criação da UNICOOPE que este movimento, no seu início defendia a classe operária, tendo por isso objectivos políticos claros, passa a ser dominado por uma lógica cada vez mais empresarial.

**A
T
É
L
E
S**



Coopira também!

FILIE-SE
numa cooperativa

CONSUMA
duma cooperativa

COMPRENDEM . . .

Cartaz de divulgação do cooperativismo

Cartaz de divulgação do cooperativismo. Arquivo Cooperativo - Arquivo Brasil...

Cartaz de divulgação do cooperativismo (Fonte: Santos, 2005:115)

CONCURSO «Diga o que sabe sobre Cooperativismo»
 BOLETIM INTERNO N.º 5

TEMA N.º 2

NOÇÕES DE DOCTRINA COOPERATIVISTA

Questionário

- | | |
|---|---|
| 1 - Defina «Cooperação»? | 7 - Quais são as principais vantagens económicas que obtêm os associados das cooperativas de consumo? |
| 2 - O que distingue o «Cooperativismo» do «Capitalismo»? | 8 - Recomece o espírito humanitário. |
| 3 - Diga o que significam as cores do Arco-Íris na Bandeira da Aliança Cooperativa Internacional? | 9 - No Cooperativismo pode haver distinção de direitos entre sócios adultos ou não adultos? |
| 4 - Quais são os princípios da «Linha Cooperativa»? | 10 - Qual é o princípio que se considera a «linha directiva da cooperação»? |
| 5 - Quais são os valores fundamentais da Cooperação? | |

Nome Sécio N.º

Entregue em f.

Rubrica **CUPÃO N.º**

[Entregue este cupão na Biblioteca!]

CONCURSO «DIGA O QUE SABE SOBRE COOPERATIVISMO»
 O encerramento Sur
 até às
 N.º 1 de Outubro.

Divulgação do cooperativismo: cupão de inscrição no concurso (Fonte: *Boletim Interno* da Sociedade Cooperativa Piedense nº5, junho de 1965)

CONCURSO
«DIGA O QUE SABE SOBRE COOPERATIVISMO»

TERMINOU A PUBLICAÇÃO DOS TEMAS QUE CONSTITUEM ESTE CONCURSO.

TODOS OS SÓCIOS, EFECTIVOS OU FAMILIARES, PODEM PARTICIPAR AINDA, BASTANDO PARA ISSO OBTEREM NA BIBLIOTECA OS 4 QUESTIONÁRIOS, PREENCHÊ-LOS E ENTREGAREM-NOS.

É EXTREMAMENTE SIMPLES E FÁCIL! LEIA OS ARTIGOS E DÊ AS RESPOSTAS!

... E PODE CABER A SI, ESTIMADO CONSÓCIO, O MAGNÍFICO PRÉMIO

UMA VIAGEM A ESPANHA

A recepção dos questionários termina em 20 de Fevereiro de 1966
 * a distribuição dos prémios será integrada nas comemorações do 73.º aniversário da Cooperativa Piedense.

OS SERVIÇOS CULTURAIS

Divulgação do cooperativismo: nota anunciando o fim do concurso (Fonte: *Boletim Interno* da Sociedade Cooperativa Piedense, nº11/12, dezembro de 1965/janeiro de 1966)

3.4- O PLANO AMES DE DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO

O nome deriva directamente do nome do seu mentor: John Walter Ames, adjunto do director geral da Kooperativa Forbundet da Suécia, a maior cooperativa de consumo sueca e uma das maiores do mundo.

No início da década de 60 o desenvolvimento da UNICOOP encontrava-se num impasse: a estrutura dirigente não funcionava; o volume de negócios era muito baixo devido à fraca adesão das cooperativas que a integravam, tinha graves problemas económicos provocados pelos grandes atrasos no pagamento da mercadoria fornecida às associadas; aconteceu, nesta época, a abertura, em Lisboa, do primeiro supermercado da cadeia Modelo, ao que se seguiram outros e de outras marcas. Era necessário dar mais expressividade ao movimento para sobreviver. Os primeiros passos começaram no Porto.

O Ateneu Cooperativo/Fraternidade Operária Lisbonense possuía uma comissão de propaganda, dirigida por Eugénio Mota, tendo-se na altura colocado a hipótese de estabelecer relações com organizações similares estrangeiras, onde o cooperativismo já fosse uma realidade. Naturalmente, entre eles, estava a Suécia com um cooperativismo dos mais dinâmicos do mundo e dentro deste, estava a Kooperativa Forbundet, que logo na altura enviou material didáctico importante. Versa assim o *Boletim Cooperativista* nº 127, de maio de 1964:

“quando éramos Secretário de Relações⁴⁸ dentro da Comissão de Propaganda do Ateneu Cooperativo, (...) surgiu a ideia de estabelecer relações com as organizações estrangeiras, mais evoluídas, e entre elas estava inevitavelmente a sueca, talvez de todas a mais dinâmica.

Os nossos amigos da K.F. apressaram-se a retribuir o gesto com o envio de uma quantidade de material didáctico valioso, esclarecedor da projecção do Cooperativismo naquele país, (...) Mantivemos desde então um contacto regular com a K.F. representada por J. W. Ames, e, quando no verão de 1957, tivemos ocasião de visitar a Suécia, foi ainda J. W. Ames quem nos recebeu com toda a amabilidade, e nos

⁴⁸ O artigo foi escrito por Eugénio Mota que se deslocou à Suécia no âmbito do seu trabalho enquanto funcionário de uma companhia de aviação, sempre aproveitando para contactos com cooperativas estrangeiras.

proporcionou o contacto directo com vários sectores da sua organização.” (*Boletim Cooperativista*, nº127).

Este senhor, John W. Ames, iniciou a sua primeira visita a Portugal e 16 Março de 1964, como corolário desta relação, iniciada em 1957, entre o Ateneu Cooperativo e a Kooperativa Forbundet. O *Boletim Cooperativista* nº 127 informa: “Pela primeira vez nos tempos modernos - isto é se não tivermos em conta uma visita já muito longínqua, na época heroica, de um cooperativista espanhol – deslocou-se a Portugal, com o objectivo deliberado de observar e assistir o nosso Movimento Cooperativo, um cooperador estrangeiro, uma figura grada da organização nacional cooperativa mais dinâmica do mundo: John Walter Ames, adjunto do Director Geral da Kooperativa Forbundet.” (*Boletim Cooperativista*, nº127).

Esta visita visava analisar o estado de arte do nosso cooperativismo e a partir daí prestar aconselhamento e apoio técnico especializado, de forma a tornar o cooperativismo de consumo mais expressivo, mais organizado e mais dinâmico. Durante alguns dias, John W. Ames tomou o pulso ao cooperativismo nacional, à sua organização. Visitou várias cooperativas de norte a sul do país, observou tecnicamente o seu funcionamento, os seus problemas, escutou os seus dirigentes, de forma a elaborar um plano de desenvolvimento que tornasse o seu funcionamento mais eficaz e melhor.

Este era, na época, o principal trabalho de John Ames: prestar apoio técnico e de desenvolvimento e divulgação do ideal cooperativo, quer em África, quer na Ásia, quer na América Latina.

O plano foi elaborado e aprovado na generalidade pela UNICOOPE e pelas cooperativas associadas. Posteriormente deslocou-se a Portugal uma missão técnica sueca para estudar, desenvolver e apoiar tecnicamente a UNICOOPE e as cooperativas pertencentes à organização. Trataram dos mais diversos temas e problemas: gestão de stocks, sistemas de transportes, modos de organização e exposição dos produtos, quantidade de estabelecimentos cooperativos por área, e sobretudo formação técnica e cooperativa especializada. No fundo era tornar uma organização que funcionava de uma forma amadora, em que os erros facilmente se desculpavam, numa organização profissional, eficiente, em que cada um sabia o que fazia porque tinha adquirido conhecimentos técnicos para tal.

Realço aqui o papel importante do *Boletim Cooperativista*⁴⁹ na divulgação do plano, e das vantagens do cooperativismo, tendo publicado vários artigos sobre cooperativismo internacional, principalmente sobre o caso sueco e sobre o caso israelita. Houve também um conjunto de textos, sobretudo de Eugénio Mota, a exortar as cooperativas a trabalhar, de uma forma mais activa, na execução do plano. Foram traduzidos e publicados artigos internacionais, quase sempre de origem sueca sobre as grandes vantagens do cooperativismo, chegando a comparar o desenvolvimento sueco e português. Aconteceu mesmo a publicação de um texto de John Ames, no *Boletim Cooperativista* nº 147/148 de janeiro/fevereiro de 1966, sobre o funcionamento da rede de auto abastecimentos (supermercados) DOMUS, uma marca cooperativista sueca. Há notícias de que em Portugal, na década de 60 e 70, chegaram a existir algumas lojas com esta marca. Como indica Hipólito dos Santos: “o supermercado cooperativo DOMUS, num bairro novo do Porto teve uma boa aceitação e funcionava adequadamente.” (Santos, 2009:177). Num dos textos, John Ames critica as cooperativas de empresa, sendo que já existiam várias como a dos trabalhadores da TAP, a dos trabalhadores da Siderurgia Nacional, etc.. Estas cooperativas estariam sempre sujeitas à boa vontade das direcções das empresas e só poderiam abastecer um conjunto restrito de cooperadores, não podendo o seu funcionamento ser completamente democrático, violando assim alguns dos princípios fundamentais do cooperativismo.

No entanto, já na época da visita, 1964, existia um conjunto de produtos embalados pela UNICOOPE, com a Marca COOP e que eram comercializados em cooperativas.

O plano AMES foi uma grande esperança para o cooperativismo nacional, mas nem tudo correu bem. Apesar de aderirem ao plano, informa-nos Hipólito dos Santos sobre as cooperativas federadas na UNICOOPE: “As cooperativas aderentes deviam contribuir, obrigatoriamente, para os Fundos de Educação Cooperativa, de Expansão Local e Regional e de Desenvolvimento Nacional. Comprometiam-se ainda a realizar, pelo menos 25% das suas compras anuais no Armazém Regional⁵⁰.” (Santos,

⁴⁹ Não foi o único, embora tenha sido o seu principal divulgador a nível nacional.

⁵⁰ Foram criados dois Armazéns Regionais, um no Porto, designado como Armazém Regional Norte, outro na Amadora, designado como Armazém Regional Sul. Mais tarde tentou-se criar outro na margem sul do Tejo, mas, efectivamente creio que nunca se chegou a concretizar. No entanto, através de consultas efectuadas no *Boletim Interno* da Sociedade Cooperativa Piedense, nº 11/12 de dezembro de 1965/janeiro de 1966, relata-se: “No passado dia 9 de Novembro realizou-se na nossa sede social mais uma assembleia geral extraordinária que ventilou os seguintes pontos: 1º - Apreciar uma proposta da Direcção para a montagem provisória do

2009:175). Depois na prática nunca o cumpriram efectivamente, não se abastecendo nos armazéns centrais⁵¹, não cumprindo com os prazos razoáveis de pagamento, não participando activamente nas actividades de formação, criticando alguns aspectos do mesmo. Alguns autores relatam deficiências na elaboração do plano, como a percentagem elevada de retorno aos associados como resposta a críticas dentro das próprias cooperativas, muito avesso aos suecos⁵² mas desejada pelos cooperadores portugueses. Ou o facto de que, a partir do momento da adesão a uma estrutura federativa, as pequenas cooperativas de consumo perderem alguma da sua autonomia e por consequência os seus dirigentes perderem influência e poder junto dos seus consócios.

Schwarz da Silva relata assim as principais deficiências do Plano Ames: “Mas, por ironia do destino, este triunfo do Empresarialismo Cooperativo iria ser sol de pouca dura. Porque, por um lado, em virtude de algumas inadequações do Plano Ames à realidade cooperativa portuguesa e também por erros crassos na sua aplicação, acabou por gerar-se um verdadeiro processo de «autofagia cooperativa» com os supermercados da cadeia DOMUS, sob o controlo directo da UNICOOPE, a entrarem em concorrência com as próprias lojas das cooperativas de consumo filiadas e com a emergência de défices crónicos na gestão da União, défices esse que se foram acumulando ao longo dos anos e que acabaram por levar esta organização à falência, já depois do 25 de abril de 1974.” (Silva, 1994:276-277).

Já na década de 70, após um período em que o Estado Novo demonstrou alguma abertura a uma possível transição democrática, que permitiu, por exemplo, a adesão da UNICOOPE a Aliança Cooperativa Internacional em 1972, o cooperativismo é já um movimento sólido e forte, constituído por um novo conjunto de cooperativas de novos sectores, tais como o da habitação e o da cultura⁵³. Contudo, o Estado tenta o controlo

Armazém Regional do Sul, na Quinta da Argena; 2ª – Autorizar a Direcção a avaliar um financiamento bancário ao Armazém Regional do Sul” (*Boletim Interno* da Sociedade Cooperativa Piedense, nº 11/12).

⁵¹ Em parte por causa do bacalhau.

⁵² Aqui era comum distribuir bónus de consumo de 10% ou mais, enquanto os Suecos consideravam muito bom um bónus de 5%.

⁵³ Manuel Canaveira de Campos, na conversa ocorrida, considera que não existiam, verdadeiramente, cooperativas culturais em Portugal. Referiu a sua passagem pelo Centro Cultural da Covilhã, uma livraria cooperativa, que não fazia mais do que vender livros a preços acessíveis. Na época, os livros não estavam expostos como estão hoje nas actuais livrarias, o funcionário, ou lojista, conversava com o cliente, fazia sugestões, aconselhava e, às vezes,

das cooperativas através da publicação do Decreto-Lei nº 520/71, que visava o impedimento de actividades não exclusivamente económicas, levando ao encerramento de conjunto de cooperativas importantes, como por exemplo o Ateneu Cooperativo.

sugeria a leitura de pequeno textos, quase sempre policopiados, proibidos pela censura prévia. De vez em quando, eram visitados pela PIDE, que confiscava uma parte importante da mercadoria exposta, provocando graves prejuízos ao Centro Cultural da Covilhã, que levaram posteriormente ao seu encerramento. (Entrevista com Manuel Canaveira de Campos, Lisboa, 20-07-2012).

O COOPERATIVISMO É DE INICIATIVA POPULAR EM TUDO. TODO ELE É EDIFICADO PELA ACTIVIDADE DOS CIDADÃOS

B

O LETIM COOPERATIVISTA



FEDERAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua do Comércio, 1-2002 - 4000-0 - Lisboa

COORDENADOR GERAL
ANTÓNIO SÉRGIO

DE 1957 / MAIO / 1964
Número mensal - Edição regular

SAUDAÇÃO

Por EULÉNIO NOVA

OBRIGADO John W. Ames — — Tack Så Mycket

Acabo de produzir-se entre nós, na zona rural, uma cooperativa portuguesa, um acontecimento que se pode classificar de histórico.

Pela primeira vez nos tempos modernos não é — sendo fixados nos seus fins — o site já muito longínquo, na época histórica, de um acontecimento cooperativo — deslocada a Portugal, mas o objetivo definitivo de elevar a nível a nível do Movimento Cooperativo, um cooperador estrangeiro, uma figura ícone da organização nacional cooperativa, mais célebre do mundo: John Walter Ames, chefe da Director General da Kooperativa Förbundet e alemão oculto nos relações deste União Cooperativa do século com os movimentos cooperativos, que vale especialmente ao longo da vida a fim de explicar o movimento da internacionalização e actualizar as possibilidades de sua organização prestar os seus subsídios cooperativismo uma assistência técnica capaz de desdobramento a fazer uma parte da decisão cooperativista a se a fazer um factor de progresso para o nosso próprio país.

em Porto, em Lisboa, em Lamego e na margem Sul do Tejo, todos a fazer impressiones com decore de dirigentes e cooperadores, videntes das dinâmicas de cooperativismo de cá.

Em todos, participou em três reuniões preparadas a alguns dias, sempre ao lado do nosso trabalho, não se podendo a qualquer momento.

maio 1964

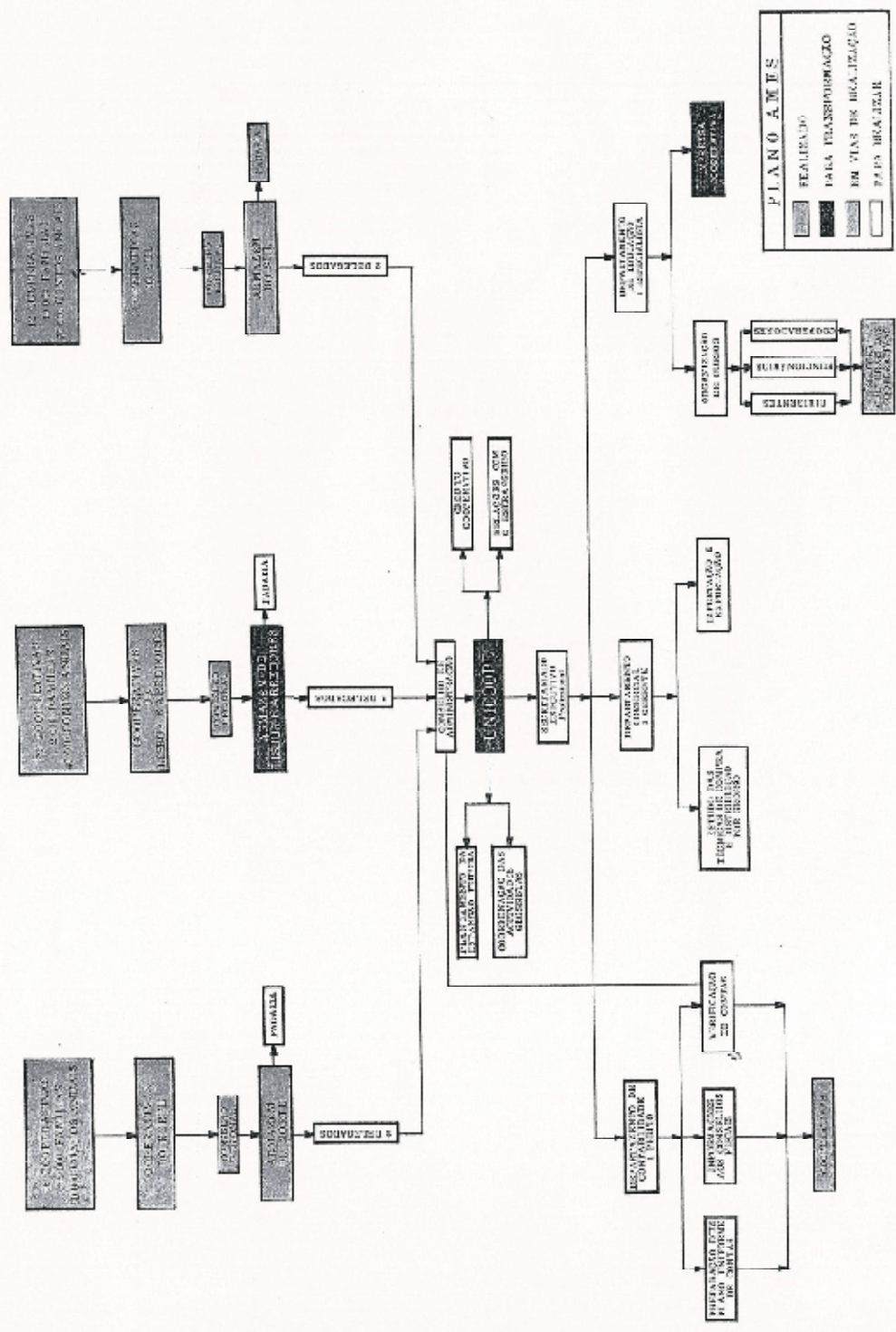


1

A primeira visita de John Walter Ames a Portugal (Fonte: *Boletim Cooperativista*, nº127, maio/1964).

PLANO AMES

PARA RENOVACÃO E EXPANSÃO DO COOPERATIVISMO DE CONSUMO EM PORTUGAL



Organograma do Plano Ames, referindo o já realizado e o que falta realizar. (Fonte: *Boletim Cooperativista*, nº143, setembro de 1965).

A
UNICOOPE
inaugurou
no passado dia
1 de Novembro
**O SEU NOVO
ARMAZÉM**
na
VENDA NOVA
(AMADORA)

●
MAIOR CAPACIDADE

●
MELHORES SERVIÇOS

●

Um fruto da tomada de consciência das Cooperativas Associadas e da entrada em funcionamento do Plano AMES

22 NOV 1966
OEE. LEE

Nova fase do cooperativismo: UNICOOPE inaugura armazém (Fonte: *Boletim Interno* da Sociedade Cooperativa Piedense, nº22/23, outubro/novembro de 1966).

VINHOS «COOP»



Os associados poderão abastecer-se nas seções de Vinhos, Auto-Serviço e Filiais, de Vinhos «Coop», de tipo corrente, da mesma origem dos vinhos avulso fornecidos aos sócios.

Estes vinhos, de qualidade apurada e pureza garantida, são especialmente engarrafados para a Cooperativa Piedense.

PREFIRA OS VINHOS «COOP»... COM A CERTEZA DE
ADQUIRIR UM BOM PRODUTO

4- CONCLUSÃO

Verifica-se no cooperativismo português, de uma maneira geral, a existência de um conjunto de ciclos de expansão, seguidos por ciclos de retracção. Sempre que se inicia um novo ciclo de expansão, parece que os seus mentores começam tudo de novo esquecendo e não aproveitando o trabalho anteriormente realizado. Acontece este facto, por exemplo, com António Sérgio quando apresenta os seus primeiros textos sobre cooperativismo, recorrendo a Gide, esquecendo que parte da obra deste importante teorizador cooperativo já estava traduzida para português desde o início do século XX.

Durante o Estado Novo, o movimento cooperativo não foi alvo preferencial de repressão; no entanto, parte importante dos seus dirigentes foi perseguida, não por ser cooperativista, mas por estar associada a actividades ligadas à oposição ao regime. Numa primeira fase, após a publicação da lei garrote, o Estado Novo limita e condiciona a sua vertente associativa, mas utiliza a vertente de consumo cooperativo em seu proveito, no apoio às dificuldades motivadas pela carestia de vida sentida entre meados da década de 30 e finais da década de 40.

Neste período, António Sérgio inicia a sua cruzada, utópica, em defesa do cooperativismo e suas virtudes na criação de uma sociedade mais justa. No entanto, nesta fase, a voz de Sérgio não chega ao povo, é dirigida, sobretudo, a um conjunto limitado de jovens intelectuais que serão muito importantes no desenvolvimento futuro do movimento.

A partir dos anos 50, sucedem-se as iniciativas de criação de uma estrutura central que represente o sector e que o torne mais dinâmico e mais visível junto da população, através da divulgação efectuada no *Boletim Cooperativo*. Mas também acontecem tensões entre os dirigentes que impedem um desenvolvimento efectivo, quase sempre provocadas pelas tentativas de domínio do movimento por parte de facções contrárias ao Estado Novo, mas com visões políticas diferentes.

Na década de 60, o movimento cooperativo é já significativo. Mas de facto nunca houve um perfeito entendimento entre os homens que o dirigiam, condenando muitas das iniciativas ao fracasso e, por outro lado a debilidade económica das instituições e um novo tipo de concorrência – as cadeias de supermercados – muito lhe limitaram a acção.

Mas as sementes estavam lançadas: após abril de 1974, acontece um imenso desenvolvimento cooperativo, que passou pela produção e autogestão, permitindo que os homens fossem donos do seu próprio destino. O ideal sergiano finalmente pode ser desenvolvido.

5 – FONTES E BIBLIOGRAFIA

5.1 - BIBLIOGRAFIA

Andrade, Inácio Rebelo (1981), *Cooperativismo em Portugal (das origens à actualidade)*, Lisboa, INSCOOP

Colombain, Maurice (1971), *O Cooperativismo, Curso de Educação Operária*, Lisboa, Edições F.D.T.

Costa, Fernando Ferreira (1976), *As cooperativas na Legislação Portuguesa*, Lisboa, Livraria Petrony

Costa, Fernando Ferreira (1978), *Doutrinadores Cooperativistas Portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte

Costa, Fernando Ferreira (1983), *O Pensamento Cooperativo de António Sérgio e as Correntes Cooperativas Francesas*, Viseu, Cescoopbeiras

Costa, Fernando Ferreira (1983), “O Pensamento Cooperativo de António Sérgio e as Correntes Cooperativas Francesas”, em *Revista de História das Ideias*, V, p.p. 367-383, Coimbra, F.U.L.C.

Dias, João (2005), “A organização do trabalho”, em Lains, Pedro; Silva, Álvaro Ferreira da (org.), *História Económica de Portugal 1700-2000-vol.3*, Lisboa, ICS

Freire, João; Lousada, Maria Alexandra (1984), *Catálogo do Arquivo Histórico-Social*, Lisboa, AHS, CEL

Fonseca, Carlos (1976), *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal – 1 Cronologia*, Mem Martins, Pub.Europa –América

Fonseca, Carlos (1980), *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal – 2*, Mem Martins, Pub.Europa –América

Lains, Pedro; Silva, Álvaro Ferreira da (org.) (2005), *História Económica de Portugal 1700-2000-vol.3*, Lisboa, ICS

Laranjo, José Frederico (1978) [1886], “Das Sociedades Cooperativas” em Costa, Fernando Ferreira, *Doutrinadores Cooperativistas Portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte

Lasserre, Georges (1977) [1958], *O Cooperativismo*, Mem Martins, Pub.Europa-América

Leite, João Salazar (2012), “*Boletim Cooperativista Comentado*”; disponível em: www.cases.pt/component/content/article/35/193-boletim-cooperativista-comentado; consultado em 20-06-2012

Leone, Carlos (2008), *O Essencial Sobre António Sérgio*, Lisboa, INCM

Mattoso, José (1993), *História de Portugal-vol.7*, Lisboa, Circulo de Leitores

Namorado, Rui (2001), *Horizonte Cooperativo*, Coimbra, Almedina

Namorado, Rui (2009), “Cooperativismo”, em A.D.Cattani, J.-L. Laville, L.I. Gaiger, P.Hespanha; *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina

Oliveira, César (1992), “A Evolução Política”, em Rosas, Fernando (coord.); *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Lisboa, ed.Presença

Rosas, Fernando (coord.) (1992), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Lisboa, ed.Presença

Santos, José Hipólito (2009), *Maneiras Cooperativas de Pensar e Agir*, Lisboa, Ed.Univ.Lusófonas

Sérgio, António (1948), *Confissões de um Cooperativista*, Lisboa, edit.Inquérito

Sérgio, António (1979, *Breviário Cooperativo*, Porto, Coopigra

Silva, Henrique Schwarz (1995), “Cooperativas de Portugal (passado e presente entre a mudança e a continuidade)”, em *Anuario de estudos cooperativos*, 1994, Bilbao, Instituto de estudos cooperativos; Universidad de Deusto

5.2 - PERIÓDICOS

Acção Cooperativa (1922/1925)

O Estivador do Porto de Lisboa (1925/1930)

Boletim Cooperativista (1955/1974)

Boletim Interno da Sociedade Cooperativa Piedense (1965/1969)

Boletim Interno do Ateneu Cooperativo (maio de 1960)

5.3 - ENTREVISTAS

João Salazar Leite; Lisboa, 29 de Junho de 2012

José Hipólito dos Santos; Oeiras, 20 de Julho de 2012

Manuel Canaveira de Campos; Lisboa, 20 de Julho de 2012

5.4 - FONTES ARQUIVISTICAS

Arquivo da Casa António Sérgio, espólio “Mariano Roque Laia” 4 caixas